

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

Mês de dezembro de 2018

6^a

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e, Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes quarenta e um membros municipais, dos quarenta e três que constituem o órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Corina Lopes Falcão Xavier, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, José António Patrão, Daniel dos Santos Ribeiro, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- De registar as faltas de comparecimento à presente sessão dos seguintes membros municipais: António dos Santos Aleixo, presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, falta por motivo de doença, apresentando uma fotocópia do Certificado de Incapacidade Temporária para o Trabalho por Estado de Doença de Funcionário Público/Agente Administrativo e Luís

Pedro Martins Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, que comunicou, via correio eletrónico, a falta por motivos pessoais não apresentando documento justificativo. -----

----- O senhor presidente da Assembleia deu as boas-vindas a todos os membros municipais e desejou que a sessão de trabalhos fosse profícua, que reinasse a democracia, aproveitando para informar que teria lugar um intervalo curto a meio dos trabalhos para saborear alguns doces da época natalícia colocados numa mesa no *hall* de entrada, bem como a entrega de uma prendinha a todos no final. -----

----- Anunciou que iniciava esta sessão para deixar alguns esclarecimentos sendo o primeiro deles relativo às faltas dos membros municipais deste órgão colegial dizendo que, a partir desta data, as faltas deverão ser justificadas com a apresentação de documento escrito. Em caso de doença com declaração médica; em caso de morte de familiar com cópia da declaração de óbito não podendo ainda alegar motivos pessoais sem documento comprovativo. -----

----- Continuou dizendo que no caso dos senhores presidentes das juntas de freguesia, se as faltas não forem devidamente justificadas, compete ao presidente da Assembleia comunicá-las à respetiva assembleia de freguesia. As dos restantes membros municipais serão comunicadas ao Ministério Público, conforme consta da legislação em vigor e no Regimento desta Assembleia Municipal. -----

----- O segundo, referiu-se à ação de formação sobre o novo Sistema de Normalização Contabilística a aplicar nos municípios e nas freguesias, programada para o mês de dezembro que não aconteceu, justificando que irá ter lugar no início do próximo ano, no mês de janeiro ou fevereiro e que as inscrições encontram-se ainda em aberto. -----

----- O terceiro, fez questão de lembrar que a Assembleia Municipal, sendo um órgão representativo do município é de toda a conveniência que qualquer entidade/instituição que desenvolva ações ou atividades para o público dirija também o convite a este órgão, a fim de ser representado por algum dos membros da sua Mesa nesses acontecimentos até porque, continuou dizendo que é neste órgão que é aprovado o orçamento municipal onde constam todas as despesas inerentes às realizações da mesma, rematando que tem vindo a constatar que a Assembleia Municipal de Mogadouro é muitas vezes preterida em relação a outras entidades ou instituições não comungando dessa forma atitude e forma de estar na vida autárquica. -----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

gfm
eteixeira

- 1.1 ATA DA 5.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2018 – Apreciação e deliberação. -----
- 1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA. -----
- 1.3 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR. -----
- 1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----
- 1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----
- 2.2 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL ANO 2018 – 2.ª ALTERAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 2.3 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DAS “GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O EXERCÍCIO DE 2019”: - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES – ORÇAMENTO MUNICIPAL – MAPA DE PESSOAL – QUADRO ORÇAMENTAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.
- 2.4 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 2.5 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 6 – 2018 – PARA CONHECIMENTO. -----

3. OUTROS ASSUNTOS. -----

----- 1.1 ATA DA 5.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2018 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO: -

Enviada com a devida antecedência para apreciação pelos membros municipais e depois de colocada a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da quinta sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de setembro do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

----- **1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação referente à correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal desde a última sessão até ao dia trinta de novembro de dois mil e dezoito. -----

----- **1.3 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR:** - Por proposta do senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes votos de pesar, enviando as sentidas condolências às respetivas famílias: -----

- Pelo falecimento da sogra do senhor presidente da União de Freguesias de Ventoselo e Vilarinho dos Galegos, a senhora dona Maria Natividade Coelho; -----

- Pelo falecimento do pai do funcionário da Câmara Municipal de Mogadouro, no cargo de chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, o senhor António Adérito Pinto; -----

- Pelo falecimento da sogra do funcionário da Câmara Municipal de Mogadouro, na categoria de fiscal municipal, António José Marcos, a senhora dona Lucinda Alves. -----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve público presente para intervir. -----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Registaram-se as seguintes inscrições dos membros municipais para intervirem neste ponto da Ordem do Dia, os senhores, Ilídio Granjo, Teresa Vilariça, Alfredo Ribeiro e José Branco: -----

— Intervenção do membro Ilídio Granjo: -----

----- “Quero desejar-vos um feliz natal e um próspero ano novo com saúde, paz e harmonia extensivo aos familiares. Queria colocar um assunto porque a Assembleia só reúne cinco vezes por ano e temos muita pouca informação sobre o que se passa no seio dos executivos municipais, isto para dizer que me surgiu uma dúvida na leitura da ata número quinze que se prende com as obras de requalificação das habitações do bairro Fundo Fomento, em Mogadouro. Essa ata transcreve uma declaração da posição dos vereadores da oposição do executivo municipal sobre a ocupação ilegal. A Câmara deu um prazo de cinco dias para a desocupação das casas, sob pena de ser efetuado o despejo com recurso às autoridades policiais. O que aconteceu foi que foram todos forçosamente despejados, mas com direito a receberem três mil euros. Quer dizer, se estavam a ocupar as casas ilegalmente ainda tiveram direito a uma indemnização! Parece-me haver qualquer coisa que não bate certo. Pedia uma explicação.” -----

— Intervenção da membro, Teresa Vilariça: -----

----- “Começo por desejar a todos um bom ano e um bom ano para Mogadouro. Estive presente na feira dos Gorazes e senti alguma discriminação em relação às duas localidades francesas, Ploumagoar, com

quem esta vila é geminada, não foi convidada para estar presente, por outro lado estava Groslay, com quem está a ser tratada uma geminação. A minha questão é esta: - Vamos manter as duas geminações? Foi dito que há interesses comuns com Groslay, mas acho que também houve interesses com Ploumagoar, nomeadamente afinidades a nível cultural com as duas localidades. Não sei quais são os interesses com Groslay, talvez o facto de lá termos uma forte comunidade mogadourense. Não sou contra, mas como é que se vai fazer? Em Ploumagoar há também uma associação que é ela que gere esta situação e sei que da parte de Ploumagoar não tiveram essa disponibilidade. A Câmara vai continuar a apoiar?" -----

— Intervenção do membro, Alfredo Ribeiro: -----

----- “Começo por dizer-lhes que estou aqui por convicção porque quero fazer política e quero fazer oposição, este é o ponto prévio que queria aqui deixar. -----

----- Permitam-me então que inicie esta minha intervenção recordando os tempos da Babilónia, ano 1750 a.C. e do rei Hamurabi, responsável pelo Código Hamurabi, conjunto de leis codificadas escritas em tábuas de barro que perduraram por séculos. No que reporta ao cumprimento de contratos dizia o seguinte: a) Se um construtor constrói um edifício e não o executa solidamente e o edifício ruir causando a morte do seu proprietário este construtor deve ser executado. b) Se a ruína do edifício originar a morte do filho do proprietário deverá ser executado o filho do construtor. c) Se a ruína causar a morte dum escravo do proprietário o construtor deverá entregar, a este, escravo de valor igual. Se o edifício ruir o construtor deve construí-lo a expensas próprias. Se o edifício não for executado, de acordo com as especificações e uma parede cair o construtor deve repará-la a suas expensas. -----

----- Avançando mais na história. Na Roma de 393 d.C., em pleno império romano a Constituição Graciana, Valentiniano e Teodósio impunha para as construções uma garantia de quinze anos responsabilizando o construtor e o seu património. -----

----- Na França de 1804, o Código de Napoleão impunha uma garantia de dez anos responsabilizando o construtor e os projetistas. -----

----- Em Portugal vigora o Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro que prevê a prestação de cauções e garantias pelo empreiteiro. De acordo com a vigência desse documento jurídico, o valor da caução é de dez por cento do valor contratual da empreitada podendo ser prestada na percentagem de cinco por cento e sendo reforçado em mais cinco por cento na dedução de pagamentos parciais ao empreiteiro. Quanto às garantias o seu prazo varia de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos: dez anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais; cinco anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; dois anos,

no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

----- Pois, excelentíssima Assembleia para meu pasmo e, seguramente de todos os que prosseguem o caminho do bom senso trago a esta tribuna mais um episódio da eficácia do executivo socialista. -----

----- A seis do dois de dois mil e dezassete, com toda a pompa e circunstância foi inaugurado o Centro de Interpretação do Mundo Rural que mereceu a presença do senhor Ministro do Ambiente. Para os mais esquecidos relembro que se trata de uma obra objeto de contratação pública que obteve co-financiamento para a sua execução e custou, sensivelmente um milhão de euros. -----

----- Partindo do princípio que o contrato da empreitada desta obra obedeceu ao rigoroso cumprimento da lei, nomeadamente no que concerne à prestação de uma caução que rondará de grosso modo, os cem mil euros e, estando claramente dentro do prazo de garantia impõe-se a pergunta e exige-se a resposta deste executivo socialista. O que motivou obviamente o senhor presidente a celebrar um contrato de empreitada no valor de oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e dois euros e quarenta cêntimos, vinte e um meses, após a inauguração do Centro de Interpretação do Mundo Rural com uma empresa terceira tendo como objeto de contrato a reabilitação da cobertura do edifício do Centro de Interpretação do Mundo Rural? -----

----- Senhor presidente, peço-lhe e, decerto que a excelentíssima Assembleia e os cidadãos do concelho reclamam por uma explicação. Explique-nos como se fossemos todos meninos e Vossa Excelência um mestre de escola. -----

----- Senhor presidente, excelentíssima Assembleia, na sessão da Assembleia Municipal de junho deste ano, manifestei algumas preocupações com o projeto de requalificação do bairro Fundo Fomento, designadamente, por questões que se cruzam com o projeto de requalificação, seu planeamento e finalmente o plano de realojamento. Para os mais distraídos e, por essa circunstância gostam que lhe façam perguntas de cor e infantis porque estamos a falar de um projeto candidato a fundos comunitários no valor de três milhões, cento e sete mil, quatrocentos e treze euros e sete cêntimos, sendo que foi considerado um investimento elegível o montante de novecentos e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos e apoiado no montante de oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete euros e trinta e um cêntimos. Resumindo estamos a falar de um apoio de, aproximadamente de vinte e sete por cento. O mesmo é dizer, o Município terá de arcar com setenta e três por cento do investimento, ou seja, dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e treze euros e oitenta e seis cêntimos, um rombo nos cofres do município. Repito, um rombo nos cofres do

município. O mesmo é dizer, estamos a falar de um investimento não reprodutivo. -----

----- Excelentíssima Assembleia, Executivo socialista, isto é incompetência política e ineficácia de gestão. Se por si só já é grave, mais escandaloso se torna quando constatamos que essa falta de jeito para a coordenação, planeamento, organização e estratégia, entendem-se as áreas fulcrais para o desenvolvimento do concelho. -----

----- Prosseguindo nas práticas a que o executivo socialista e cansado nos tem habituado não posso deixar passar em claro o que se está a passar com o bairro de Fundo Fomento. -----

----- Relembro que, na reunião do executivo de onze de setembro de dois mil e dezoito, por proposta do senhor presidente pretende o Município de Mogadouro através dessa empreitada assegurar a reabilitação do bairro Fundo Fomento melhorando as suas condições de habitabilidade, segurança e funcionalidade, de forma a dotar as populações socialmente carenciadas de habitação condigna. -----

----- Mais, mas deve haver algum equívoco. Estamos a falar de habitação social, ou de segregação social? Entendamo-nos. O governo autárquico e, principalmente o presidente estribam-se no princípio da justa ponderação. Bem sabemos que é dever, no âmbito desta operação de reabilitação assegurar os interesses dos particulares sejam eles ocupantes ilegais ou inquilinos de pleno direito, em face também das obrigações atribuídas de cariz social que impendem sobre o Município de Mogadouro. Não obstante essa obrigação ela não ocorre, talvez por cansaço ou pela ligeireza com que a coisa pública é tratada. O senhor presidente dá tratamento igual a situações que, por serem completamente diferentes não podem ter um tratamento de igualdade. Assistimos mais uma vez a uma gritante falta de coragem política que junta em si mesmo o defeito do ato e o feitiço de quem o pratica. Sejam claros, este argumento de suposta justiça é uma falta de preocupação que manifesta uma inexistente sensibilidade. -----

----- Vejamos. Propôs o senhor presidente fatigado e deliberou o executivo socialista cansado atribuir aos ocupantes e inquilinos das habitações os seguintes montantes: -----

“- indemnização pecuniária no valor de três mil e quinhentos euros, aos ocupantes ilegais das habitações, a liquidar numa só prestação e no momento da entrega das chaves da habitação ao Município, caso esses ocupantes ilegais pretendam abandonar em definitivo essas habitações e não se candidatem à atribuição de uma habitação social nos próximos concursos para o efeito; -----

- atribuição de uma indemnização pecuniária no valor de sete mil euros aos inquilinos legais ou com ocupação não titulada, mas regularizável com o pagamento das rendas em dia das habitações, a liquidar numa só prestação e no momento da entrega das chaves da habitação ao Município

de Mogadouro, caso esses inquilinos legais pretendam abandonar em definitivo essas habitações e não se candidatem à atribuição de uma habitação social nos próximos concursos para o efeito; -----

- a atribuição de um subsídio mensal no valor de duzentos e cinquenta euros aos inquilinos legais com o pagamento das rendas em dia que pretendam retornar à habitação, após a conclusão da empreitada, subsídio esse a atribuir durante o período de indisponibilidade das habitações e com vista a assegurar o direito a uma habitação condigna durante o período de indisponibilidade, tendo esses inquilinos direito automático a uma habitação assim que as mesmas fiquem disponíveis." -----

----- Afinal, em que ficamos. Qual o critério? Qual o sentido? Qual o rumo? Resposta simples. O cansaço é inimigo do discernimento e a fadiga é inimiga da trapalhice. Por um lado, o senhor presidente quer fazer justiça, mas por outro lado, regulamenta para que fique expresso que estes ocupantes ilegais não poderão candidatar-se à atribuição social. Nem podem estes nem os inquilinos legais que optem por receber os sete mil euros. Socialismo à moda de Mogadouro, digo eu. -----

----- Senhor presidente e executivo socialista poupem-nos ao vosso sentido de justiça alimentado a lágrimas de crocodilo. As coisas são o que são, portanto, chamemos-lhe o que elas são e como são. Não houve coragem política em matéria de habitação social para pôr cobro a uma mancha que é a ocupação ilegal das casas do bairro. Sejam realistas, legalistas e permitam-me o plebeísmo "*Deixemo-nos de meias tintas.*" Ocupação ilegal é crime. Não pode ser premiado. Todos sabemos que a ocupação foi executada por famílias de etnia cigana. -----

----- Compete ao município, no âmbito da política social e, de acordo com a estratégia nacional para a integração da comunidade cigana garantir condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas dessa comunidade, bem como melhorar às respetivas famílias as condições de habitação e obviamente eliminar a segregação. O que fez o executivo? Enganou esses cidadãos. -----

----- O executivo, agindo como Pilatos, atribuiu três mil e quinhentos euros e disse: "Não vos quero aqui nem agora nem nunca". Esta é a verdade. Esta é a política social deste executivo. Para cúmulo conferiu igual tratamento aos inquilinos legais que acederam sair em definitivo das casas. Inqualificável. -----

----- Excelentíssima Assembleia, este é o executivo do cansaço, da trapalhice, do *show off*, das aparências e da ilusão. Um executivo que tem no erro a sua definição, no deslumbramento a sua obsessão, no conhecimento os seus fantasmas. Se a política social é sofrível as outras temáticas são sucedâneas. -----

----- O executivo socialista não tem tempo nem dinheiro para combater o insucesso escolar e assumir a educação como valor estratégico que as

famílias e a comunidade escolar merecem. Mogadouro não pode perder a sociedade cada vez mais competitiva. Proclama a igualdade, mas aplica o sectarismo e a exclusão como constatamos na integração dos precários. ----

----- Neste contexto, julgo pertinente recordar a minha intervenção na Assembleia Municipal de junho passado. À época, nesta mesma tribuna afirmei que o executivo se estava a preparar para aplicar a lei dos precários não com as normas laborais, mas com o Código Civil, nomeadamente com os artigos que aludem ao casamento. Vejam quem foi selecionado, coincidências, ou talvez não. -----

----- Como é do conhecimento de todos decorreu recentemente um concurso para admissão de trabalhadores em situação precária para o município de Mogadouro. Fui o primeiro a defender aqui que se existiam funcionários nesta situação deveriam ser integrados imediatamente nos quadros do município, portanto estou à vontade para me insurgir à forma atabalhoada, vingativa, mesquinha, politizada como este processo foi conduzido. A lei da precaridade prevê que sejam admitidos os funcionários nessa situação cabendo ao município definir as necessidades. -----

----- Saliento, para melhor compreensão dois exemplos concretos elucidativos esperando que os responsáveis sintam vergonha moral do que fizeram. Qual a necessidade de um técnico superior de engenharia civil e porquê a necessidade de menos três professores de Educação Física? Existia recentemente algum contrato de avença com algum Engenheiro Civil? O volume de obras cresceu assim tanto? O orçamento que discutiremos a seguir não é isso que revela. -----

----- Quanto aos professores de Educação Física, lembro que quando o PSD vos entregou o governo autárquico existiam cinco professores, de imediato o governo socialista contratou mais dois justificando com o volume de trabalho, o aumento da atividade, foi a vossa opção. Agora vêm dizer que só precisavam de quatro. Das duas uma, ou estamos perante um ato de má gestão dos dinheiros públicos ou pretendem diminuir o número de oferta desportiva do concelho. Não quero querer que seja discriminação. Fomos apologistas da sua integração enquanto política de emprego, mas não podemos concordar com o que se passou. Não pretendo apimentar a vergonhosa situação. Fica a suspeita das motivações para a inclusão de uns e a exclusão de outros. -----

----- De igual modo, importa questionar o executivo socialista, se o executivo socialista está a par da reestruturação do IRN-Instituto de Registos e Notariado, que diz muito ao senhor presidente. Sabe que o IRN se prepara para dismantelar as Conservatórias, tal como elas existem? Sabe que está em estudo a criação de *back offices* em todos os distritos e que, cada *back office* coordenará as Conservatórias que lhe vão estar adstritas? No caso concreto do distrito de Bragança perspectiva-se a criação de dois ou três *back offices*. Pergunto: Já foi feita alguma diligência junto da senhora

gruiz
etraxein

secretária de Estado da Justiça e do presidente do IRN para aferir e sensibilizar o Governo para atribuir a Mogadouro esse estatuto de coordenação? Estamos a falar de valor estratégico e de referência geográfica. -----

----- Excelentíssima Assembleia assim vai o governo do concelho bem espelhado neste orçamento, sem chama, sem rosto, sem estratégia, sem pensamento. Basta! -----

----- Eu sou do tempo em que Mogadouro era uma referência na geografia. Basta de tanto desleixo e resignação. Temos de voltar a fazer de Mogadouro o que já foi e merece. -----

----- A dinâmica dos nossos empresários feita com tanto esforço, os empenhos das gerações mais novas, tudo isso está a ser desvalorizado por um governo autárquico cansado. Basta! -----

----- Mogadouro merece mais e vai ter.” -----

----- Eram dez horas e vinte e um minutos, quando o senhor presidente da Assembleia registou a saída do membro, Alberto Oliveira da Costa que pediu licença para abandonar a sessão para estar presente numa consulta médica. -----

— Intervenção do membro, José Branco: -----

----- “Depois de uma brilhante intervenção do membro, Alfredo Ribeiro não é fácil vir aqui falar. Ele tocou em assuntos essenciais que se estão a passar nesta gestão autárquica de Mogadouro. Quem viu, ontem na TVI, a reportagem da jornalista, Ana Leal? Ela está perto. Está em Carviçais. Depois desta intervenção de que falou o membro Alfredo ... -----

----- Sobre o reparo feito pelo senhor presidente da Assembleia a respeito de não ser convidado para os eventos, recordo também outra situação. Quando há inaugurações em Mogadouro há o hastear da Bandeira, os convidados, presidentes das entidades de Mogadouro, forças policiais, porque será que no Red Burros, no Azinhoso, uma freguesia do PSD o presidente da Junta de Freguesia não é chamado para aquele ato? Ficar-lhe-ia bem, senhor presidente chamá-lo no próximo evento. -----

----- Queria chamar a atenção para a cor da água que corre nas nossas torneiras. Senhor presidente da Câmara, o que está a passar-se com a água em Mogadouro? Estranho quando vou consultar os assuntos agendados para esta sessão reparo nas atividades do senhor vereador, Evaristo Neves, e a sua deslocação a Lisboa para receber o selo de qualidade exemplar da água para consumo humano no concelho de Mogadouro. Será que a água que estamos a receber em casa tem este selo? Queria perguntar-lhe, senhor presidente da Câmara, se houver danos nas máquinas e nas habitações por causa do problema da água a Câmara é a responsável? -----

----- Outro assunto muito badalado é o pedido de demissão do cargo de chefe da DAF-Divisão Administrativa e Financeira, o dr. António Luís Moreira, com efeitos a partir do próximo dia trinta e um de dezembro. O

próprio, disse que ainda não teve conhecimento do despacho do senhor presidente da Câmara. Gostaríamos de saber quais foram os motivos que levaram o seu autor a pedir demissão do cargo. Será que já há um precário para ocupar o cargo? Se há deve ter ocupado um lugar nas listas do PS às últimas eleições senão dificilmente poderá ocupá-lo. -----

----- Outra situação é respeitante à obra do Banco Pinto & Sotto Mayor. Queremos saber o que se passa com a obra. Já houve tantas prorrogações e agora surgiu na comunicação social que existe um problema qualquer com a empresa. A empresa subempreitou a obra? O que está a passar-se? Queremos saber o ponto da situação. -----

----- Quanto à obra do Centro Interpretativo do Mundo Rural. A Câmara não acionou a garantia bancária. Porquê? E porque faz agora um ajuste direto de mais oitenta e tal mil euros?" -----

----- Eram dez horas e trinta minutos, registou-se a entrada do senhor presidente da Junta de Freguesia de Vale da Madre, António Manuel Silva Frade que tinha comunicado ao senhor presidente da Assembleia que chegaria mais tarde. -----

----- Continuou a sua intervenção o membro, José Branco: -----

----- "Outra obra da Câmara, é a variante do IC5 à Zona Industrial. Vi três pedras colocadas na rotunda. Estranhei. Peguntei e disseram-me que ali vai ser colocada uma estátua feita pelo escultor Manuel Barroco, das Quintas das Quebradas. Senhor presidente da Câmara, gostaríamos de saber o valor da adjudicação e, se há já algum problema com essa obra. Se alguém já mandou parar essa obra, por não estar de acordo com o projeto inicial. -----

----- Ainda outra situação. Quando tomou posse, senhor presidente da Câmara, foi-lhe transmitido pelo anterior executivo que, na empresa do senhor António José Patrão, havia umas pedras para serem colocadas numa rotunda. Já passaram cinco anos, as pedras foram pagas, custaram dezanove mil e quinhentos euros e ainda não foram aplicadas. Qual é a razão para não acabar a obra? Em comparação, gostaríamos de saber, como já disse, o valor do fornecimento da escultura encomendada agora ao escultor Manuel Barroco. -----

----- Sobre os precários, gostaria de perguntar ao senhor presidente da Câmara. Quem é precário? É o lugar ou é a pessoa? Na Câmara havia cinco ou seis professores de Educação Física, ficaram quatro. O que vai acontecer a esses trabalhadores que ficaram sem lugar? E o que vai acontecer às pessoas que ficaram sem as atividades por eles desenvolvidas? E o ginásio municipal vai fechar? -----

----- A senhora vereadora do pelouro da Educação não reuniu com esses trabalhadores que tinham quinze e dezasseis anos de trabalho para lhes colocar a situação em que iriam ficar. -----

----- Relembro novamente que no Regulamento Municipal de Apoio às Juntas/União de Freguesia é obrigatório o órgão deliberativo ter

conhecimento através de relatórios apresentados pela Câmara dos apoios concedidos àquelas entidades, a forma, a finalidade e os valores financeiros dos mesmos e continua sem vir esse relatório. Solicito-o mais uma vez. ----

----- Outro assunto prende-se com a obrigatoriedade de ser constituída uma comissão para implementar e/ou alterar a sinalização no concelho. O senhor presidente da Assembleia ficou de ver este assunto. -----

----- Senhor presidente da Câmara, passa diariamente na estrada entre Valverde e Meirinhos. Chamo a atenção para que não aconteça o que aconteceu, recentemente em Borba e que acontece entre Vimioso e Carção, pedras que caem das ravinas para a estrada que se vier muita chuva pode provocar acidentes graves. -----

----- Na sessão de junho passado, coloquei aqui o problema da inundação dos depósitos de combustível nas bombas da BP, na reta de Vale da Madre que causou estragos na empresa e, em viaturas particulares que foram ali abastecer. Sei que a Câmara já teve uma reunião, no dia sete de outubro deste ano com a responsável daquela empresa, o seu advogado e técnicos da autarquia e houve a assunção de responsabilidades por parte da autarquia ... Já foram pagas as devidas indemnizações?" -----

----- O senhor presidente da Assembleia respondeu ao membro, José Branco, e disse que, em relação à constituição de uma comissão para planear a sinalização nas vias do concelho informou que não há legislação que preveja a existência da tal comissão. -----

----- Aproveitou para informar o órgão que relativamente ao Regulamento Municipal de Apoio às Juntas e União de Freguesia fez distribuir no início da sessão uma cópia remetida pelo senhor presidente da Câmara onde relaciona a cedência das máquinas para executar trabalhos nas freguesias do concelho e do qual a Assembleia tomou conhecimento. -----

----- Interveio o senhor presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos senhores membros municipais acima transcritas: -----

----- “Primeiro quero dizer que, para determinadas afirmações aqui ditas hoje, há sítios certos para responder. -----

----- Em resposta à interpelação do membro, Ilídio Granjo, a respeito do bairro Fundo Fomento de Habitação. Quando nós entramos no executivo tínhamos dito que, de momento que houvesse alguma ocupação ilegal iríamos pelos meios legais retirar as pessoas e desocupar as casas. Estes casos a que o senhor se referiu foram habitações que estavam ocupadas legalmente e que, abusivamente foram ocupadas que é o caso da dona (omituiu-se o nome da pessoa) que foi ocupada nestas condições. Houve também mais duas outras situações idênticas. A Câmara, para que a ocupação ilegal não se mantivesse fez ordenar a desocupação de tais habitações, por meio de Edital onde foi dado um prazo para procederem à retirada. -----

----- Sobre a atribuição de indemnizações às pessoas que ocupavam as casas ilegalmente é um processo que vinha anteriormente à nossa tomada de posse, em dois mil e treze, ou seja, todos os ilegais estavam lá porque estavam autorizados, entre aspas, pelos anteriores executivos e não responde pelo que foi feito. A partir do momento em que tomamos posse, dezoito de outubro de dois mil e treze, posso dizer-lhe que não há lá um ocupante ilegal. Todos eles foram obrigatoriamente retirados dessa situação. É claro que aqui havia um problema social que, nós não podemos resolver e esta é uma resposta para o membro, Alfredo Ribeiro. Todas as pessoas têm direito à sua habitação. Havia situações, há mais de dezoito anos, que os anteriores executivos autorizaram que permanecessem lá, não fui eu e, eu também não sou obrigado a aceitar que eles estivessem lá, mas uma coisa é certa alguém os deixou lá estar. Se tivessem tomado a nossa posição, certamente não teríamos esta ilegalidade. -----

----- No âmbito social, temos obrigações e cumprir aquilo que é moral, pelo menos. Fizemos reuniões individuais, com cada um dos ocupantes, foi a nossa preocupação e há quatro a cinco famílias que querem liquidar a dívida para com o município dos anos em que ocuparam as casas ilegalmente, pagando vinte euros mensais e cinco euros por mês pelo consumo de água, conforme proposto, para além daqueles que foram embora e não pretendem regressar porque organizaram as suas vidas, o mesmo acontecendo com os legais. Relativamente aos outros e, enquanto as obras decorrem, temos a obrigação de contribuir com uma compensação de duzentos e cinquenta euros mensais durante o prazo de dois anos. À medida que as casas fiquem prontas realojaremos as famílias dando-lhe melhores condições. Enalteço a coragem que tivemos em o fazer e critico, no entanto, algumas abordagens menos saudáveis em relação a este assunto. -----

----- Sobre a presença de Groslay na feira dos Gorazes respondo-lhe que vieram pessoas de Groslay porque foram nossos convidados. Quero explicar também que aconteceu porque nós tínhamos sido convidados em junho pela Associação Mogadouro no Coração, para irmos a Groslay onde iniciamos as negociações para constituir, além do pacto de amizade já existente a futura geminação entre as duas localidades. E dizer que, por proposta mútua, foi suspenso por um ano o intercâmbio existente entre Mogadouro e Ploumagoar porque as pessoas já demonstravam algum cansaço e eles, disseram necessitar de um *refresh*, mantendo-se apenas os intercâmbios a nível escolar. -----

----- A respeito do Centro Interpretativo do Mundo Rural. Há algumas inverdades naquilo que aqui já foi dito. Aquele edifício teve infiltrações. Houve necessidade de a empresa tentar que as infiltrações deixassem de existir. Vieram e fizeram a tentativa de que seria nos ralos do fundo, fizemos obra e as infiltrações mantinham-se. Se vinha chuva cada vez

metia mais água. Foi feita uma reunião com a empresa, eu estive presente e foi decidido retirarmos toda a terra que havia na cobertura e a relva para perceber onde é que a infiltração existia e isso foi assumido pelo município, a retirada para podermos avançar o quanto mais rápido melhor com as obras. Posteriormente, à retirada da terra verificou-se que as infiltrações se mantinham e não se percebia de onde. Em obra, tecnicamente resolveu-se com a presença do projetista alterar a cobertura não retirando a tela existente, mas alterar a cobertura, no sentido de ficar a ter só uma queda de água, ficando decidido que seria o município a executá-las. A empresa comporia aquilo que é a tela senão acionaríamos a garantia bancária e o arquiteto projetista deu-nos a ideia de alterarmos o projeto da cobertura com rega e passarmos a ter um lajeamento homogéneo. Nós não tínhamos mão-de-obra com capacidade para fazer os trabalhos, optamos por abrir um procedimento concursal convidando três empresas e entregamos a uma empresa que está a executar os trabalhos, ficando combinado que diziam respeito ao município e a nível interno as reparações caberem à empresa construtora inicial. Foi-lhe dito que caso não viessem acionaríamos a garantia bancária. -----

----- Também foi falado aqui na questão dos precários. Veja quem foi selecionado. É precisamente por isso que devem meter os olhos na seleção das pessoas. Não sei ao que se refere. Mistura política há ali muita. Tem aí a resposta direta nem preciso dizer mais nada. Quando se refere aos professores de Educação Física tem o exemplo porque é um dos exemplos interessantes para dar. As necessidades foram aquelas que nós entendemos e foi exatamente esse levantamento que foi feito por isso não teço comentários ao resto. Pareceria muito mal. -----

----- A extinção do IRN em Mogadouro. Está uma remodelação em vista, mas neste momento digo-lhe que está suspensa. A senhora diretora está atenta a essa possibilidade porque Mogadouro tem um problema completamente distinto dos outros concelhos do distrito porque tem cadastro geométrico e é completamente diferente àquilo que nos tínhamos como objetivo propor. Mogadouro diz-me muito e é uma preocupação em dobro. -----

----- Dizer que nunca houve o hastear da bandeira nos eventos do *Red Burros*. Não sei porque me refere isso. Foram colocadas as bandeiras no início do evento. -----

----- A Casa das Associações. Finalmente temos quase pronto o processo da cessão de posição contratual. A empresa está a atravessar uma fase financeira difícil. Já foi feita a receção parcial da obra daquilo que a Multinordeste concluiu. A empresa Gualdim irá fazer o resto da obra o que assumir com aquela que é a parte do equipamento. -----

----- Na Zona Industrial estamos a efetuar a colocação de uma peça na rotunda da autoria do nosso escultor Manuel Barroco, não havendo

alteração nenhuma à rotunda. As pedras referidas pelo membro, José Branco, não foram mandadas executar por nós, foram mandadas executar pelo senhor dr. Machado relativamente aos mandatos dele. Pergunto-lhe, onde é que quer pôr aquilo, só se quiser que lhas mande para casa dele e que fique lá com elas. -----

----- Na estrada de Valverde a Meirinhos, passo lá todos os dias e aquilo é próprio da construção, por terem mexido nos taludes. -----

----- Relativamente às bombas da BP. Pergunto: Quem é que assumiu a responsabilidade? A nossa obrigação foi reunir com a empresa, solicitar que apresentem os prejuízos e tecnicamente informado com relatório. Nós decidiremos ou não liquidar, ou seja, o executivo decidirá a indemnização. Só assumiremos aquilo que for de assumir.” -----

— Resposta do senhor vereador, Evaristo Neves: -----

----- “Sobre o problema da água, tenho a dizer-vos que é um problema bastante sério provocado por dois ou três dias de muita chuva que arrasta terras e, por conseguinte turva a água e, para além disso houve uma grave avaria na ETA de Bastelos que já está resolvida, mas que deverá manter por mais dois ou três dias a água turva nas partes mais baixas da vila, a do Salgueiral, na rotunda dos Cogumelos, na avenida de Espanha. Iremos fazer descargas nas bocas de incêndio para que a água acumulada na rede seja despejada e também posso garantir que a água que está nos depósitos do Castelinho já está em condições. Não é novo, já os executivos anteriores se debateram com este problema, tendo até que contratar uma empresa para o resolver. Agora está resolvido. -----

----- Tenho a dizer também que o selo de qualidade foi um regozijo para nós, pois, em doze municípios do distrito de Bragança só dois é que o receberam, Mogadouro e Vinhais. É um motivo de orgulho. Percebo que algumas pessoas, poucas, tenham dificuldade em reconhecer o mérito dos outros.” -----

— Intervenção do membro, Amálio Oliveira: -----

----- “Em relação ao *Red Burros* nunca disse nada, mas agora tenho uma coisa a dizer. Houve um ano em que foi colocada a bandeira da União de Freguesias de Mogadouro e retirada a da Junta de Freguesia de Azinhoso. No último ano onde era colocada a bandeira da Junta de Azinhoso foi colocada a do Red Burros. Eu penso que a bandeira da Junta de Azinhoso deve ser hasteada. Se não existem mais hastes que as arranjem, mas a da Junta deve estar lá e, até este momento, a Câmara de Mogadouro tem afastado esta Junta.” -----

— Segunda intervenção do membro, José Branco: -----

----- “Em relação à BP, na reunião que o senhor presidente da Câmara, o vice-presidente, a dona Cláudia, gerente da empresa e o engenheiro Abel Varandas, a autarquia assumiu o pagamento de indemnizações aos lesados,

gma
Clixix

a empresa BP, Alonsos e Branco, APATA, Mesquita e solicitou que entregassem as respetivas faturas. -----

----- Em relação aos precários, o senhor presidente da Câmara não respondeu. Pergunto novamente: O que vai acontecer aos professores de Educação Física, ao ginásio municipal, à freguesia de Valverde e outras pessoas? E não é admissível a senhora vereadora não ter reunido com a empresa sobre o que acontecia, não é leal. Posso também ficar incumbido de ver e fazer uma relação dos precários que entraram e as famílias a que pertencem e apresentá-la na próxima sessão.” -----

— Resposta da senhora vereadora, Joana da Silva: -----

----- “Quero dizer que a falta de lealdade e de humildade só lhe enfia a carapuça a quem serve. -----

----- Quanto à não reunião com os senhores professores de Educação Física é assim. Como sabe, o processo de Educação Física ainda não está completo porque, pelos vistos, sabem mais do que eu que estou no executivo. Este concurso tem um júri, mas lá fora sabe-se mais do que o próprio executivo sabe. Como sabem este processo ainda não terminou. O que eu lamento é que a falta de profissionalismo que leva a que as situações sejam resolvidas em redes sociais ou com as próprias crianças nas aulas. Isso é que eu lamento! Estou mais preocupada com as crianças. Não se chega ao pé de uma criança e diz: *“A partir de agora não vou ser mais o teu professor porque não me querem aqui.”* Não se faz isso a uma criança. Deixem encerrar o processo. Deixem decorrer o processo na legalidade porque as pessoas reclamaram com toda a legitimidade, com todo o seu direito. Agora resolvam as coisas nos sítios certos. Venham ter com as pessoas, não é nas redes sociais. Sandra, (dirigindo-se para a membro Sandra Moura), não sei se estás a gravar? Ao que esta respondeu que não, não estava a gravar. -----

----- Quanto aos precários é o que tenho a responder. Há um júri do concurso, decorreu o processo de regularização. Agora só pergunto: “Estão contra a decisão de um júri. Quem é que escolheriam e porquê? -----

----- Quanto ao bairro social tenho que manifestar a minha grande tristeza porque realmente o concelho de Mogadouro com este tipo de assembleias não ganha nada. Dizerem que o município está a segregar. Não. O município não está a segregar, agora compreendo que seja difícil admitir a grande decisão, a grande coragem do que este município conseguiu fazer. Informo que o município reuniu com a Segurança Social para expor todos os casos, todas as famílias que estavam em perigo de ficar sem habitação. O município reuniu com os presidentes das juntas, com o Conselho Local de Ação Social para pedir colaboração àqueles munícipes que não conseguiam encontrar casa, nomeadamente os ilegais. Peço, senhores, tenho três famílias de etnia cigana para alugar casa. Alugem-me casas. Ajudem-me. Ponha o dedo no ar quem queira alugar. Quem quer procurar

g. g. g.
Felipe

para eles? Quem quer alugar por eles? Não falei só por falar. Não façam política só por fazer. Não acusem de politiquice.” -----

— Resposta do senhor vice-presidente da Câmara, Evaristo Neves: -----
----- “Sobre o assunto da BP e para que não fiquem pseudo dúvidas nas cabeças de alguns. No dia em que houve as supostas inundações, eu próprio estive no local (o senhor presidente não estava cá) e o técnico Abel Varandas. Nessa mesma tarde, por volta das seis da tarde, em momento algum, a proprietária das bombas referiu que a água lhe tinha entrado para os depósitos. Aquilo que disse foi: “Esteve quase a entrar.” Depois nessa reunião que tive com o senhor presidente, engenheiro Abel e a proprietária das bombas, em momento algum, alguém assumiu responsabilidades sobre o que quer que fosse. Aquilo que foi dito foi que, se for provado que os prejuízos que foram causados é da responsabilidade da Câmara muito bem, a Câmara cá estará para resolver. Agora a Câmara assumir uma responsabilidade sobre a qual nós sabemos que não temos, era o que faltava!” -----

----- Eram onze horas e vinte minutos quando o senhor presidente da Assembleia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do Regimento Municipal anunciou um intervalo para comerem uma fatia de bolo-rei. Passados, mais ou menos vinte minutos, os trabalhos foram retomados prosseguindo a sessão com os assuntos desta ordem do dia. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

----- **2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** - Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de treze de setembro de dois mil e dezoito, era a seguinte: -----

“Dívida em 30/11/2018 -----

– A fornecedores	185.462,33€ -----
– A empreiteiros	22.146,67€ -----
– Empréstimos em dívida	1.607.738,90€ -----
– Leasings	0,00€ -----
– Encargos para o presente ano	104.028,72€ -----

Saldo em 30/11/2018 -----

*gabinete
caixeiros*

- Orçamental	2.982.699,97€ -----
- Operações de Tesouraria	418.050,12€ -----
- Em documentos	38.974,34€ -----
- Fundos comunitários a receber	83.707,53€." -----

----- **2.2 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL ANO 2018 – 2.ª ALTERAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente o documento supraidentificado remetido pela Câmara Municipal, aprovado na sua reunião do passado dia vinte e sete de novembro do corrente ano que adiante se reproduz: -----

----- **“4. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL ANO 2018 – 2.ª ALTERAÇÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Sobre o assunto foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, datada de vinte e um de novembro corrente, registada com o número “2018,EXP,I,GE,482”, que adiante se transcreve: -

“PROPOSTA

Assunto: Alteração do Mapa de pessoal – 2018 -----

I – Da Fundamentação

Considerando que: -----

- O Mapa de pessoal enquanto instrumento de planeamento da gestão de recursos humanos, materializa a previsão dos trabalhadores que se prevê necessários, para anualmente levar a cabo a realização das atividades dos serviços, no quadro das atribuições dos órgãos do município e das estratégias por este previamente definidas; -----
- A gestão dos recursos humanos, é por natureza contingencial, dependendo de múltiplos fatores, nomeadamente dos recursos, financeiros, materiais, da formação, da tecnologia, dos incentivos e da motivação dos trabalhadores; -
- Nessa medida, o mapa de pessoal assume um caráter dinâmico, mediante a possibilidade de alteração sempre que se revele necessário, por forma a dar resposta célere e eficaz, aos problemas com que o Município de Mogadouro se confronta diariamente e às solicitações e expetativas dos munícipes; -----
- O Município de Mogadouro em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Mogadouro, viu aprovada uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte – NORTE-08-5266-FSD000119, com a designação “Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família”, que contempla a contratação de quatro técnicos (Psicólogo Clínico, Educador Social, Terapeuta da Fala e Terapeuta Ocupacional), por um período de 36 meses;
 - O posto de trabalho – Terapeuta Ocupacional, ficou deserto; -----
 - O Norte 2020, aceitou a alteração da candidatura supra identificada, no que respeita aos Técnicos a contratar, ou seja, de Terapeuta Ocupacional, para mais um Educador Social; -----

gabinete
exceção

- O Agrupamento de Escolas de Mogadouro, na qualidade de colaborador, deu parecer favorável à substituição do Técnico; -----
- Os encargos a suportar com o recrutamento encontram previsão no Orçamento Municipal da Autarquia; -----
- De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o mapa de pessoal deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades em cada ano, quer correspondam a necessidades permanentes ou provisórias. -----

II – Da proposta em sentido estrito

Nestes termos e de acordo com as razões anteriormente aduzidas, proponho que a Excelentíssima Câmara Municipal, delibere o seguinte: ----

- a) Aprovar a 2.ª alteração ao mapa de pessoal de 2018, em conformidade com o documento que se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e se anexa à presente proposta; -----
- b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação do Executivo Municipal, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, com vista a obter a sua aprovação, dando-se assim cumprimento às disposições previstas nos artigos, 33.º, n.º 1 alínea ccc), 25.º, n.º 1, alínea o), ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- c) Por fim, deverá o mesmo ser tornado público por afixação e inserção em página eletrónica, no cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.” -----

----- Após a explicação dada pelo senhor presidente, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor presidente e dos senhores vereadores, Evaristo Neves e Virgínia Vieira e três votos contra dos senhores vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO, Manuel Cordeiro, Daniel Ribeiro e Alexandra Machado, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a segunda alteração do Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Verificando-se empate na votação, o senhor presidente da Câmara usou o voto de qualidade, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 54.º, Anexo I da Lei suprarreferida.” -----

----- Após uma breve apresentação feita pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, que defendeu a sua proposta, tal como acima foi reproduzida, seguem-se as seguintes intervenções por parte de alguns dos membros deste órgão: -----

— Intervenção do membro, Manuel Varandas: -----

----- “... Quero dar os parabéns a esta digníssima Assembleia pela forma exemplar e democrática como decorreram as várias sessões ao longo do ano de dois mil e dezoito. Quero também felicitar o senhor presidente da Mesa pela sua contribuição por este desiderato, bem como às respetivas secretárias. -----

----- Relativamente ao Mapa de Pessoal, quero lembrar que o Agrupamento de Escolas de Mogadouro contempla o pré-escolar, primeiro, segundo e terceiro ciclos e secundário. Como têm referido e têm criticado que não se apoia a Educação já vamos ver. O terceiro ciclo e o secundário não têm tido uma boa classificação. Nos últimos anos, em que eu estive na escola e, conheço, este Agrupamento foi contemplado com vários programas de apoio, ações de apoio. O primeiro que apareceu tinha o nome de Fénix. Este Fénix permitia que as aulas de Matemática e de Português, que é o tendão de Aquiles fossem desdobradas. Atualmente a Escola de Mogadouro é uma Escola TEIP, significa, Território Educativo de Intervenção Prioritária. Este programa permite, além de ter aulas de apoio, ter menos alunos por turma, mais professores e permitiu que o Agrupamento de Escolas de Mogadouro contratasse a tempo inteiro dois psicólogos. Penso que, neste momento só tem um. Do trabalho que estes profissionais fizeram concluíram que, se calhar o menos rendimento dos alunos não se limitava só ao aluno, mas também aos encarregados de educação, aos pais. Foi o que provavelmente se concluiu, que era necessário ter também um apoio à família. Esta possibilidade de contratar quatro técnicos dentro deles nesta base vai permitir fazer aquilo, criar um gabinete de apoio ao aluno e à família. -----

----- Aquilo que eu não entendo é quando nesta tribuna se fala que este executivo não faz nada para o insucesso escolar, quando é possível com dinheiro de apoio criar este Gabinete de Apoio ao Aluno, vota-se contra, provavelmente, e aqui, já é um comentário ao nível do que se fez na primeira parte estes quatro técnicos não devem ser afetos ao PSD, por isso é que eles votaram contra, digo eu, isso já é um comentário inoportuno e fora do propósito, de Manuel Varandas, como se calhar, há muitos comentários desse tipo. -----

----- Também gostaria de dizer outra coisa. Este apoio ao aluno é bem-vindo. Eu só lamento, ou só espero que, trinta e seis meses depois não haja prorrogação por outros trinta e seis meses. -----

----- Para finalizar a minha intervenção queria só dizer, tipo espírito de natal: “Como eu tenho uma relação de amizade com o escultor Manuel Barroco, vou pedir-lhe que substitua aquela obra que vai fazer na rotunda da Zona Industrial, que é uma roda dentada atravessada por um veio alusivo à Zona Industrial, que substitua pelas pedras que estão no Tozé Patrão e que grave a bronze o nome de todas as obras do executivo anterior

que executou durante doze anos porque a finalidade das pedras era essa. Como esta Câmara, evidentemente, não vai por as pedras com as obras executadas por anteriores executivos, portanto, às vezes, queremos atacar e esquecemos que temos um bocado telhas de vidro.” -----

— Intervenção do membro, Ilídio Vaz: -----

----- “Fazer a defesa deste ponto é um bocado difícil para mim, porque eu percebo a componente da imperiosidade da alteração a este Mapa de Pessoal. Percebo que, de certa forma não nos podemos alhear dela porque as candidaturas são sempre suportadas por verbas que vêm de outros organismos não necessariamente a expensas da Câmara, mas há duas situações que queria tentar explicar, ou seja, verifica-se pela leitura da certidão que o posto de trabalho como Terapeuta Ocupacional ficara deserto. Será que foi feita alguma coisa para recolocar novamente esse lugar a concurso, no sentido de que pode tornar-se efetivo? Primeira questão, primeira dúvida. -----

----- Queria que ficasse claro que nós concordamos, a Coligação TODOS POR MOGADOURO, com a criação deste Gabinete de Apoio à Família desde que contemple como fora anunciado a contratação de quatro técnicos, um Psicólogo Clínico, um Educador Social, um Terapeuta da Fala e um Terapeuta Ocupacional. Não concordamos que o Terapeuta da Fala seja ocupado pelo Terapeuta Ocupacional porque não concordando com a sua substituição, pois foi já ventilado na reunião do órgão executivo pelos nossos vereadores que deixaram a sua posição expressa em ata sobre essa matéria. Em termos de anúncio de concurso está correto. Concordaríamos. Não concordamos com a substituição de um por outro porque entendemos que no meio desta substituição algo está desenhado para que as coisas corram de uma outra forma.” -----

— Intervenção do membro, Alfredo Ribeiro: -----

----- “Relativamente ao que está em discussão neste ponto, solicitava uma clarificação por parte do senhor presidente da Câmara. Esta alteração ao Mapa de Pessoal fica a dever-se ao resultado de uma candidatura para a criação de um Gabinete de Apoio a Alunos e à Família e contempla a contratação por trinta e seis meses de quatro técnicos, a saber, Psicólogo Clínico, Educador Social, Terapeuta da Fala e Terapeuta Ocupacional, sendo que o concurso de Terapeuta Ocupacional ficou deserto e vai ser substituído por mais um Educador Social. São estes os factos. Assim sendo, solicito ao senhor presidente o favor de me facultar a estratégia local de promoção do sucesso escolar em que assentou a candidatura ou será que resultou de políticas desgarradas e de *copy e paste* de uma qualquer realidade. -----

----- Aproveito igualmente para solicitar ao senhor presidente que informe esta Assembleia do que está a ser preparado e do que foi feito por este Executivo para prevenir o insucesso escolar. Quais as políticas educativas

de intervenção precoce que têm sido desenvolvidas? Provavelmente e infelizmente sou capaz de adivinhar a resposta. Nem medidas remediativas quanto mais medidas de solução. -----

----- Senhor presidente, para variar, também no capítulo da Educação temos visões antagónicas. Para mim o governo autárquico deve ser atuante, mas para si é normal demitir-se de qualquer responsabilidade. -----

----- Parece-me importante que o senhor presidente se interesse pelos resultados das avaliações intercalares da nossa comunidade escolar e atue em conformidade. É isso que se pede a um presidente e a um governo autárquico, mas o senhor presidente prefere assobiar para o lado e presentear as nossas crianças e jovens. Somos diferentes quando não devíamos ser porque o bem comum é mesmo isso comum a todos e para todos. -----

----- O executivo socialista não tem tempo nem dinheiro para combater o insucesso escolar e assumir a Educação como um valor estratégico que as famílias merecem. -----

----- Mogadouro não pode perder a sociedade cada vez mais competitiva, mas já tem tempo e disponibilidade para gastar milhares de euros numa pista de gelo. Não me oponho às ações de animação de natal, antes pelo contrário, mas tem de haver racionamento quando há carências noutras áreas. -----

----- O senhor presidente quer dar presentes, eu quero dar futuro.” -----

— Resposta do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães: ----

----- “Como não ficou muito bem esclarecido o que se passa ... Efetivamente quem está no executivo somos nós, Alfredo e, nós é que entendemos aquilo que devemos fazer e estas equipas multidisciplinares fomos nós que propusemos estes técnicos, isto para responder também ao membro, Ilídio Vaz. É a mesma coisa. Nós propusemos exatamente aquilo que havia necessidade juntamente com o Agrupamento de Escolas e, infelizmente Terapeutas Ocupacionais não há tantos no país como possam imaginar. Não foi só em Mogadouro que ficou deserto. Há mais concelhos no distrito. Dos nove que fazem parte da CIM-TTM também se debateram com o mesmo problema. O que é que nós propusemos à Comissão de Coordenação? A alteração e disseram-nos logo que não havia problema nenhum desde que o parceiro entendesse que sim. O parceiro diz-nos assim, nós temos dois Psicólogos, temos dois Terapeutas da Fala, só consta do projeto um Educador Social, se os senhores, já que o gabinete é de apoio à família já que não temos, se nos dão mais um melhor ainda. Há melhor forma de apoiarmos a família? O projeto tem que dar início até ao fim do ano. São fundos comunitários que estão em causa. Se repararem, no próximo ano nós já tínhamos colocado no mapa essa alteração, mas vamos atrasar exatamente o processo e nós queremos que os técnicos iniciem na mesma data um projeto que tem três anos porque a partir do momento que

o projeto seja iniciado por um técnico só os outros só fazem a parte restante ... Vamos prejudicar não só os outros três técnicos que não iniciam as funções como vamos prejudicar também o próprio financiamento da equipa multidisciplinar. É só isto, não há nada aqui de especial. Nós até podíamos ter aberto o concurso só que vamos demorar mais meio ano e sujeito a ficar outra vez deserto.” -----

----- Colocado o assunto a votação, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos (25) a favor, seis (6) votos contra e nove (9) abstenções, aprovar a Segunda Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do ano de dois mil e dezoito. -----

----- 2.3 DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DAS “GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O EXERCÍCIO DE 2019”:

- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES – ORÇAMENTO MUNICIPAL – MAPA DE PESSOAL – QUADRO ORÇAMENTAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL: - O senhor presidente da Câmara começou por fazer a apresentação do documento supratitulada explanando da seguinte forma:

----- “Da conjugação da alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), instituído pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, é responsável pela elaboração dos documentos previsionais, sendo a sua aprovação da competência da Assembleia Municipal. -----

----- O exercício orçamental respeita o previsto no ponto 2.3 do Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL), segundo o qual “os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento”, sendo que as primeiras definem “as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes de gestão autárquica”, enquanto o segundo apresenta a previsão anual das receitas e das despesas. -----

----- Decorrente destas competências, o artigo 45.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece até 31 de outubro de cada ano, que o Órgão Executivo, ou seja a Câmara Municipal apresenta a proposta de Orçamento Municipal para o ano económico seguinte ao Órgão Deliberativo (Assembleia Municipal), que por sua vez aprecia e vota esta proposta na última sessão ordinária anual, nos termos do artigo n.º 27.º do RJAL. -----

----- Foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98, de 26 de maio), pedindo à Comissão Política do Partido Social Democrata com assento na Câmara, mas sem atribuição de pelouros que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a elaboração dos documentos previsionais, tendo respondido ao pedido. -----

----- Os documentos previsionais para 2019 que a seguir se apresentam, foram elaborados cumprindo as regras orçamentais explanadas no RFALEI, no POCAL (ponto 3.3), das Comunidades Intermunicipais e à Lei do Orçamento de Estado, nomeadamente, no que concerne às transferências do OE, às regras de endividamento, às regras para a gestão dos recursos humanos e às alterações legislativas. -----

----- De igual modo, com a presente proposta de orçamento, pretende-se respeitar o exposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), cujo princípio fundamental estabelece que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso. -----

----- A elaboração do Orçamento assentou no levantamento tão rigoroso quanto possível, das despesas obrigatórias, designadamente, encargos com o pessoal, encargos financeiros e ainda os encargos assumidos com terceiros, bem como as dotações que garantem o funcionamento dos serviços e os investimentos que estão em curso. -----

----- Face aos constantes pedidos de apoio por parte das famílias, as iniciativas e o apoio de âmbito social, merecem especial atenção neste Orçamento, canalizando uma grande fatia do valor total orçado. -----

----- Os compromissos assumidos durante o ano transato, por atraso na execução, ou por se prolongarem no tempo com encargos plurianuais, não foram concluídos, voltam a ser inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento. -----

----- Assenta em três funções: a Função Económica, a Função Política e a Função Jurídica. A primeira, é expressa num quadro que apresenta as previsões de receitas e despesas, a segunda traduz-se numa autorização para arrecadar receitas e afetá-las aos encargos decorrentes da execução dos projetos e ações e a terceira é uma função reguladora do poder do órgão Autárquico, que vai executar o orçamento nos termos da lei vigente. -----

----- O presente relatório de Orçamento, contempla através de dados fundamentados e gráficos de suporte, justificação para os valores orçados, na senda do rigor previsional, de forma a reduzir eventuais desvios entre a previsão e a futura execução. -----

----- O mapa das receitas e das despesas é desagregado segundo a classificação económica. -----

----- A elaboração dos documentos previsionais obedece a um conjunto de regras e princípios orçamentais previstos no art.º 3.º da Lei das Finanças Locais e no ponto 3.1.1 do POCAL, designadamente o princípio da

anualidade, o princípio da unidade, o princípio da universalidade, princípio da especificação, o princípio do equilíbrio, o princípio da não consignação e o princípio da não compensação e justificados quanto à sua economia, eficiência e eficácia. -----

----- A publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelecia numa primeira fase, o dia 1 de janeiro de 2017 como data de entrada em vigor, data que passou a ser 1 de janeiro de 2018 e mais, recentemente, em 1 de janeiro de 2019, mas e, segundo instruções da DGAL, os documentos previsionais, são elaborados de acordo com o modelo do POCAL, e transitados no início do próximo ano, para o novo sistema. -----

----- O n.º 5 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que a DGAL indica até 31 de agosto de cada ano, os valores das transferências a efetuar para os Municípios no ano seguinte. Uma vez que essa comunicação não foi feita e, conforme indicação da própria DGAL, devem ser inscritos os valores constantes no último Orçamento de Estado aprovado, neste caso o mesmo valor de 2018. -----

----- Assim, da análise ao quadro e tendo como referência os valores de 2012 e 2013, registou-se decréscimo considerável nos anos de 2014 a 2016, e que desde 2017 se verifica uma recuperação resultando para 2019, uma diferença positiva de 322.800,00 euros face ao primeiro ano do quadro, mas igual ao de 2018. No entanto e, de acordo com nota explicativa enviada pela DGAL, foi criada uma nova rubrica no orçamento da receita que vai de encontro ao estabelecido no artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto. ---

----- Nas transferências do Estado, há também a registar que a participação variável no IRS é apenas de 2,5%, uma vez que o Município, abdica de 50 % desta receita a favor dos municípios. -----

Quadro Plurianual Municipal

----- Estabelece o n.º 2 do art.º 9.º-A da Lei das Finanças Locais (73/2013 de 13/09, com as alterações como já referi da Lei 51/2018, de 16 de agosto) que “a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento de Estado”. O n.º 3 do mesmo artigo define que “o quadro plurianual de programação orçamental consta do documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local”, devendo os orçamentos incluir “os programas, medidas e projetos ou atividades que implicam encargos anuais (n.º 4 do referido artigo)”. Já o artigo 44.º da mesma Lei, prevê que “o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo, uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental (...)”, com “limites

*ajuda
Cecilia*

vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes”. -----

----- Considerando que a dívida a fornecedores (curto prazo) é praticamente nula, os dados indicadores no próximo quadro, registam apenas valores relativos a dívida de Médio e Longo Prazo. Assim, prevê-se que no final do ano de 2019, a dívida continue a demonstrar um decréscimo significativo, situando-se em 871.362,35€, que resulta de uma diminuição de 632.626,48€ face ao ano de 2018 e de 2.740.070,32€ face ao ano de 2015, a que corresponde uma variação de 75,87% neste período. -----

----- Relativamente à regra do endividamento estabelecida no artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, o n.º 1, define como limite da dívida total em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores. Assim, considerando a receita de 01/10/2015 a 30/09/2018, obtemos um valor de 17.306.534,61€ como limite da dívida total, muito longe do verificado, conforme aquilo que consta daquele quadro que vos é apresentado, sendo que a receita corrente líquida desde o ano 2015 (outubro a dezembro) até ao ano 2018 a 30 de setembro equivale à média de 11.537.689,74€. -----

----- Passo agora à: -----

Apresentação Geral do Orçamento

----- A previsão das receitas e das despesas para 2019, tal como constam do quadro onde vos foi também explicado, a receita corrente é substancialmente superior à estimativa com a despesa corrente. A diferença entre estes valores representa uma apreciável poupança corrente de 1.809.422,00€, valor que vai financiar o investimento. -----

----- O Orçamento de 2019, apresenta em termos globais, face ao ano de 2018, um ligeiro acréscimo de cerca de 5%, traduzido no valor de 884.438,00 euros. -----

----- No que diz respeito à assunção das despesas também devem ser consideradas as regras previsionais dispostas no POCAL e em diplomas, normas ou regulamentos relacionados. -----

----- O orçamento da despesa para 2019 é repartido por despesa corrente e despesa de capital. É também constituído por diversos agrupamentos económicos e duas classificações orgânicas à Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. -----

----- Nas despesas correntes, em termos relativos estas representam 56,6% do montante global o que comparativamente a 2018 regista um acréscimo de 468.468,00 com a maior variação a registar-se nas despesas com pessoal. Este agrupamento prevê todas as peças de remunerações principais, de compensações remuneratórias, que de forma transitória permanente sejam satisfeitos pela autarquia tanto os seus funcionários ou agentes como os indivíduos que embora não tendo essa qualidade prestem

*aptd
clausura*

serviços ao município nos estritos conceitos de contrato a termo, em regime de tarefa ou avença. -----

----- Também se compreendem neste agrupamento as despesas que o município suporta como entidade patronal, com a segurança social dos seus funcionários, os valores que se apresentam registam um aumento significativo de 813.382,00 em relação ao ano anterior porque na elaboração do orçamento foi tida em conta a alteração do quadro de pessoal e a previsão da entrada de várias pessoas em situação precária. -----

----- A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros, subsídios e prestações familiares, representam 19,47% das despesas com pessoal, da qual 4587.789,00€, destinam-se ao pagamento da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social. -----

----- A rubrica Despesas com o Pessoal tem um peso na despesa total de 20,2%. A rubrica Aquisição de Serviços apresenta uma previsão global de 4.2066.350, 00, sendo há semelhança de anos anteriores, o agrupamento que maior fatia do orçamento absorve. -----

----- É aqui que estão consideradas as despesas mais relevantes a suportar pelo Município como são exemplo os transportes escolares, a iluminação pública, a recolha de resíduos sólidos e a varredura da vila, que no seu conjunto representam por si só, cerca de metade do total desta despesa. Cabem aqui também os valores a suportar com energia elétrica, telefones, *internet*, limpeza entre outras, necessárias ao funcionamento dos serviços bem como à manutenção das infraestruturas que o Município dispõe. -----

----- Nas transferências correntes este agrupamento que contempla essencialmente valores a transferir a organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte de quem recebe, qualquer contraprestação direta para com o Município, como Freguesias com 417.558,00€, Instituições com 385.513,00€, Famílias com 357.000,00€ e Associações com 182.742,00€, no âmbito da educação, desporto, ação social, religião e outras atividades. -----

----- O Município pretende dar continuidade e despender este valor com as Instituições no apoio às suas atividades de cariz social, cultural, desportivo e educacional, levando à prática por essa via, políticas ativas de intervenção comunitária com o envolvimento das entidades que atuam nesses domínios, promovendo e participando projetos de desenvolvimento sociocultural e reforçando o bem-estar da população. -----

----- O valor das transferências correntes, estimado em 1.395.961,00 euros, representa 7,5% do total do orçamento da despesa e 13,26% da despesa corrente, sendo inferior em 44.849 euros face ao ano de 2018. -----

----- Nas despesas com capital estas implicam alterações no património duradouro do município e que se traduzem no enriquecimento deste,

contribuindo para a formação bruta de capital fixo, ou seja, bens de capital que se mantêm sem alteração no decurso da atividade autárquica, sofrendo apenas determinado desgaste na medida da sua utilização e que, na maioria culminam na produção de bens e outros investimentos que conferem rendimentos ou acréscimos ao seu bem-estar. -----

----- As despesas de capital têm um peso no orçamento para 2019 de 43,4% sendo superior ao previsto no ano anterior em 415.970,00€, com um total de 8.060.048,00€. -----

Aquisição de Bens de Capital e os Investimentos

----- Os montantes previstos e classificados no “agrupamento 07”, resultam do somatório das ações constantes do Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 6.835.903,00€ e destinam-se essencialmente à realização de investimentos em infraestruturas e outros equipamentos coletivos entendidos como fundamentais no reforço da coesão económica e social do concelho. Esta rubrica tem um impacto no orçamento total de 36,8%. -----

Transferências de Capital – Agrupamento 08

----- Outro valor que não pode deixar de ser mencionado, é o inscrito neste agrupamento, concretamente 540.752,00 euros, com que a Autarquia pretende apoiar o desenvolvimento da atividade das Juntas de Freguesia (80.000,00€), Associações (115.652,00€), Instituições (80.000,00€) e outras entidades com intervenção pública reconhecida, para além do valor de 145.000,00€ destinado a apoiar iniciativas empresariais económicas de interesse municipal, nomeadamente à criação de postos de trabalho no concelho. -----

----- Parte significativa refere-se às transferências a efetuar para as Juntas de Freguesia, ao abrigo de acordos de execução e protocolos, destinados à realização de obras de valorização urbana, e ainda a dar continuidade à cooperação com entidades que representam os interesses das comunidades locais, à semelhança do que tem sido feito em anos anteriores. -----

----- Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia Local e incluem Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipais. É um documento que estabelece os eixos de intervenção prioritários para um horizonte móvel de quatro anos e espelha as políticas macroeconómicas que a Autarquia se propõe desenvolver no ano a que diz respeito o Orçamento. -----

----- O primeiro contempla os projetos referentes a investimentos diretos da autarquia, o segundo, contempla os outros projetos e ações, que pela sua natureza não são considerados investimentos diretos, mas realizados por outras entidades, mediante a celebração de protocolos e transferências de

capital, concedidas pela autarquia, com vista à promoção do desenvolvimento local, por áreas de atuação, de acordo com o classificador funcional estabelecido no POCAL. -----

----- Da análise aos documentos em apreciação, verificamos que os mesmos contemplam uma série de projetos e ações com vista a melhoria da qualidade de vida da população, através de iniciativas direcionadas para as famílias mais carenciadas, traduzidos num esforço financeiro significativo. São disso exemplo, o Fundo de Emergência, o apoio à compra de medicamentos, a oferta dos manuais de enriquecimento curricular, bem como o pagamento dos transportes escolares a todos os escalões de ensino.

----- O Plano Plurianual de Investimentos para 2019 com um total de 6.900.021,00€ contempla para além do valor do Fundo Apoio Municipal e a eficiência energética na iluminação pública na Terra Fria, um conjunto de projetos novos, bem como os que estão em fase de conclusão ou se prevê iniciar ainda durante o ano de 2019. -----

----- Da análise ao documento apresentado, destacam-se as obras de requalificação das habitações do ex-bairro do Fundo Fomento e arranjo urbanístico do espaço público envolvente, da unificação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas de Mogadouro, a reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Urrós, o projeto e execução da reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e Exposições e a construção da Cantina Escolar, inscritos no PPI e que só no seu conjunto absorvem cerca de 50% do volume global, bem como os acordos de cooperação com a Proteção Civil, as dotações para as Juntas de Freguesia, os protocolos com as Instituições de Solidariedade, as amortizações de empréstimos e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho. -----

----- A desagregação do PPI por classificação funcional mostra-nos três grandes capítulos, as **funções gerais** com um investimento previsível de 736.697,00€ correspondentes a 10,68% do total, as **funções sociais** que absorvem 72,42% a que corresponde um investimento de 6.900.021,00€ e as **funções económicas** com 1.166.293,00€ a que corresponde 16,90% do total. -----

----- As funções que absorvem mais recursos são as **sociais** que agregam o maior número de rubricas como a Educação; Segurança e Ação Sociais; Habitação e Serviços Coletivos e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos. Deste conjunto destaca-se o grupo da **Segurança e Ação Sociais** com um total de 1.410.000,00€ destinado exclusivamente às obras de requalificação das habitações do ex-bairro do Fundo Fomento e arranjo urbanístico do espaço público envolvente ao dos Serviços Coletivos com um total de 2.267.752,00€, repartidos pelo **Ordenamento do Território** com 249.070,00€ que inclui entre outros a elaboração de projetos e a Revisão do Plano Diretor Municipal, do **Saneamento** com 1.497.732,00€

que só por si absorve 21,71% do total do PPI, destinado à unificação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas de Mogadouro, a reformulação do sistema de tratamento de águas residuais de Urrós, a construção de fossas sépticas em várias aldeias, a elaboração do cadastro de saneamento do Concelho, do **Abastecimento de Água** com 415.000,00€ destinados ao financiamento da remodelação do sistema de abastecimento de águas do município de Mogadouro, a remodelação da rede água de Castelo Branco e Meirinhos, a adutora entre a captação da Maneta e o reservatório do Penedo, entre outras de menor dimensão como a aquisição/reparação de tubagens e equipamentos para o serviço de águas. Para concluir este grupo de funções e também com impacto significativo, os Serviços Culturais que se dividem pela **Cultura** com um total de 396.279,00€ destinados essencialmente ao projeto e execução da reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e Exposições à rede de Castros – valorização e conservação do castelo dos Mouros e do castelo de Oleiros e pelo **Desporto Recreio e Lazer** com 373.000,00€ destinados na sua maioria à beneficiação da Piscina Municipal Coberta, à reabilitação do Ginásio Municipal e ao parque de lazer em Vilarinho dos Galegos e ao centro BTT. -----

----- Surge em segundo lugar, o capítulo das **funções económicas** que englobam Agricultura, Pecuária Silvicultura, Caça e Pesca com 200.000,00€; Indústria e Energia com 294.352,00€; Transportes e Comunicações com 499.791,00€ e Comércio e Turismo com 172.150,00€. O maior valor está destinado aos “Transportes Rodoviários” com um total de 489.791,00€, mais concretamente aos arruamentos do Concelho, e ainda algumas obras que estão em fase de conclusão ou se prevê lançar num futuro próximo. Este grupo contempla também a subfunção “Turismo” que absorve 167.150,00€, sendo o maior valor destinado à construção de percursos pedestres no Concelho e ao Centro de Interpretação do Mundo Rural. -----

----- As **Funções Gerais** surgem no final com um valor global de 736.697,00€, maioritariamente na subfunção Administração Geral destinado à aquisição e indemnização de terrenos com 230.000,00€ e à remodelação do edifício do ex Banco Pinto e Sotto Mayor/Casa das Associações com 84.931,00€, sendo o restante distribuído por uma série de ações como a aquisição de viaturas, material e equipamento para a atividade operacional dos diversos serviços municipais, como o *hardware* e *software* informático e o pagamento ao FAM. -----

----- Quanto ao **Plano de Atividades Municipais** no valor global de 3.593.265,00€, traduz uma variação negativa em relação ao ano anterior de apenas 40.708,00€, essencialmente motivado pela redução do valor das amortizações com os empréstimos e foi elaborado de forma a dar continuidade a projetos vindos de anos anteriores, e que se consideram os

*gabinete
eleitoral*

que melhor servem os interesses do concelho e das pessoas que nele habitam. -----

----- Assim do grupo das **funções gerais** com um total de 251.500,00€, faz parte a proteção civil e luta contra incêndios que absorve a grande maioria daquele valor (236.500,00€) destinado aos protocolos celebrados com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, bem como aos custos da responsabilidade do município com os operadores de central e equipas de intervenção permanente, sendo o restante direcionado para as geminações com Ploumagoar e Groslay. -----

----- Nas **funções sociais** com um total de 1.462.363,00€ são este ano o grupo maior valor e nele incluem-se a educação, a saúde, a segurança e ação sociais, a habitação e serviços coletivos e ainda os serviços culturais, recreativos e religiosos que nos mostram que: -----

----- Na Educação, o valor de 30.000,00€ se destina ao apoio das escolas do concelho, ao apoio à aquisição de livros e à atribuição de bolsas de estudo. No entanto, este valor não reflete o verdadeiro custo com esta vertente, porque não são aqui considerados os gastos com as aulas de enriquecimento curricular de Inglês, Música e Educação Física aos alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo do concelho, os custos com o fornecimento gratuito de refeições aos alunos deslocados e ainda com maior impacto o custo com os transportes escolares na medida em que todos os alunos estão isentos do pagamento do passe escolar. -----

----- Na área da saúde mantemos a rubrica do sistema de teleassistência domiciliária, dando assim continuidade ao contrato de prestação de serviços celebrado com uma empresa da especialidade, assegurando também que todos os funcionários da autarquia tenham acesso à Medicina e Saúde no Trabalho. -----

----- Na área da segurança e ação sociais com o valor de 227.913,00€ estão incluídos protocolos de colaboração com o Planalto Mirandês para a unidade domiciliária de cuidados paliativos e o Espaço Mais com 14.413,00 e 32.300,00 euros, respetivamente, os protocolos a celebrar com instituições de solidariedade social do concelho para melhoria e/ou construção das suas infraestruturas de acolhimento aos mais idosos com 65.000,00€, o apoio à natalidade no valor de 9.100,00€, o fundo de emergência no valor de 20.000,00€ para ultrapassar algumas situações de extrema pobreza, o apoio na comparticipação de medicamentos com 22.100,00€ e ainda para garantir melhores condições de vida aos mais carenciados através da reparação de habitações ou a atribuição de subsídios para o pagamento das rendas o valor de 53.000,00€. -----

----- Na habitação e serviços coletivos, o total de 621.200,00€ destina-se a pagamento da limpeza urbana da vila com 141.200,00€ e à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho com 480.000,00€. -----

----- Finalmente nos serviços culturais, recreativos e religiosos com o

valor global de 577.050,00€, enquadram-se o maior número de ações distribuídos por 333.600,00€ na Cultura, 161.950,00€ no Desporto, recreio e lazer e 81.500,00€ nas outras atividades cívicas e religiosas. -----

----- Serão fomentadas políticas culturais que contribuam para o desenvolvimento integral do cidadão, aumentando os padrões de qualidade de vida através das várias iniciativas a levar a efeito nos diversos espaços municipais como a Casa da Cultura, a Casa das Artes e a Biblioteca Municipal, destinadas ao enriquecimento do património cultural como a promoção das artes da música, da dança, da poesia, da literatura, do teatro e do cinema entre outros. -----

----- Para dar ao associativismo a possibilidade de desenvolverem os seus projetos no sentido de promoverem e divulgarem a nossa região foi dotada a rubrica “Subsídios para as Associações” com 180.000,00€ e que serão também disponibilizados os meios físicos, técnicos e humanos para um melhor desempenho. Neste capítulo estão também inseridos embora algumas das ações, com valores reduzidos como a agenda cultural, o boletim municipal, a feira do livro, o concurso de poesia entre outros já de valor mais relevante como a projeção de filmes na Casa da Cultura com 24.000,00, o tratamento e acondicionamento do espólio de Trindade Coelho com 28.000,00€ jornadas conferências e eventos diversos com 32.300,00€ e atividades teatrais com 22.700,00€. -----

----- Na vertente desportiva, recreio e lazer, e sabendo que o desporto e atividade física melhoram os níveis de confiança e de auto estima, que evitam a exclusão social e contribuem para uma sociedade mais forte e coesa, vai sendo dada resposta às cada vez maiores exigências da população com, para além das ações inscritas no PPI como a requalificação da piscina e do ginásio municipal, a construção de percursos pedestres e pedonais, a inclusão de todas as ações já iniciadas em anos anteriores como, a realização ou a comemoração do Desporto Escolar, o Dia Mundial da Criança, o Natal das Crianças, o torneio de futebol entre aldeias e a promoção do XVI encontro de anciãos, e ainda a introdução de ações novas como a corrida de S. Silvestre, a volta no Nordeste em bicicleta, a prova de triatlo e o torneio de ténis. A maioria destes eventos decorrem nos equipamentos colocados ao serviço da população designadamente o Parque de Campismo, as Piscinas Municipais o Campo de Ténis e o Estádio Municipal com ajuda dos técnicos qualificados ao serviço do Município. ---

----- Será também dada continuidade à realização do programa Red Burros Fly-In inscrita no Plano de Atividade com a dotação de 32.500,00€.

----- Nas funções económicas o Comércio e Turismo dispõem da maior fatia com 293.600,00€ destinados na sua maioria ao apoio à realização da Feira dos Gorazes através de subsídio a atribuir à ACISM com 76.000,00€, ao Festival Terra Transmontana com 90.000,00€ e Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor com 47.000,00 e planeamento,

*agosto
2019*

promoção e divulgação turística com 38.000,00€. Está também incluída neste grupo, uma verba de 145.000,00€, destinada ao apoio a iniciativas empresariais económicas de interesse municipal. -----

----- Como acontece em anos anteriores, as outras funções com um total de 1.440.802,00 contribuem com 41,1% do total, sendo que 632.974,00€ são destinados ao pagamento dos empréstimos de médio e longo prazo e respetivos juros e encargos bancários. O restante está repartido pelas despesas de manutenção do canil intermunicipal com 38.228,00, pelas transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia com 485.558,00€, e ainda pelo funcionamento de várias Associações das quais fazemos parte como Baixo Sabor, Douro Superior, Terra Fria, Comunidade Intermunicipal e Agência para a Energia com 284.042,00€. -----

----- É neste sentido que propomos para aprovação as Grandes Opções do Plano para 2019, o qual engloba o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades mais Relevantes, o Orçamento Municipal, o Mapa de Pessoal, o Quadro Orçamental de Programação Orçamental e as Normas de Execução Orçamental.” -----

— Intervenção do membro, Ilídio Vaz: -----

----- “Dizer que a nobre missão de quem ocupa o lugar da oposição que é o nosso caso nesta legislatura e, na anterior reveste-se de particular importância, pois a nossa participação é o garante da democracia a funcionar. -----

----- É nossa obrigação como oposição alertar para situações onde entendemos que algo não está de acordo com a nossa visão nos momentos em que consideramos oportuno. Da minha parte, conhecedor dos meus ideais e das minhas competências regimentais usarei sempre o direito de oposição de uma forma construtiva, livre e democrática. Quem assim não o faz que assuma a sua própria responsabilidade. -----

----- Posto isto, irei pronunciar-me em relação ao ponto que neste momento está em discussão. Refere o relatório de orçamento que nos fora devida e atempadamente enviado que foi dado lugar ao Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º 24/98, de 26 de maio, pedindo à Comissão Política do PSD, como o senhor presidente acabou de referir com assento na Câmara, mas sem atribuição de pelouros como é o caso que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a elaboração de documentos previsionais, tendo o PSD apresentado um conjunto de propostas pertinentes e objetivas capazes de enriquecerem qualitativamente o plano e orçamento urgentes e necessárias para melhoria das condições de vida dos mogadourenses. -----

----- Apresentaram-se ao executivo um conjunto de propostas que não as vou ler para não vos maçar e porque também constam na ata do executivo. Essas propostas abrangiam e assentavam essencialmente na cultura, turismo, reabilitação urbana, apoio à atividade agrícola e empresarial não

*Aguiar
C. Teixeira*

esquecendo comércio local e a atividade industrial, se aceites, teriam um impacto bastante positivo na vida das pessoas que ainda fazem de Mogadouro a sua terra para viver e trabalhar. -----

----- Ora, se pela primeira vez apresentamos estas propostas que entendíamos nós que iriam fortificar mais este Plano e Orçamento, houve um esforço para as fazer, queria dizer que, ao invés, a maioria socialista decidiu-se unilateralmente por outras opções que sendo legítimas não se adequam à nova realidade autárquica, no nosso entender, sem visão para o futuro apenas voltado para equilíbrios populistas e sustentação de clientelas e afins. -----

----- É também curioso verificar a total ausência neste Plano e Orçamento de investimentos para as freguesias eleitas pelo PSD com honrosa exceção da freguesia de Urrós que se continuasse excluída seria um escândalo e uma clara demonstração de desprezo da governalização municipal. Reforça-se o que acabei de dizer com o mapa de horas em máquinas pelas freguesias! O maior depósito de horas é nas freguesias do PS. -----

----- Mais uma vez este Orçamento do PS nos desilude quando constatamos que se verifica a redução da dotação de certas obras, designadamente a Cantina Escolar, o Circuito Pedonal, a ciclovia, a regulação de águas em Mogadouro, incapaz de captar fundos, conforme se pode ver no Jornal Mensageiro de Bragança da semana passada, onde Mogadouro aparece em penúltimo lugar, pior só Macedo de Cavaleiros. Mas é curioso e interessante. O bairro social de Macedo de Cavaleiros, sujeito também a recuperação, a câmara municipal de Macedo de Cavaleiros conseguiu captar oitenta e cinco por cento do valor da obra e gastam quatrocentos mil euros do seu orçamento. Em Mogadouro apenas se conseguiram captar oitocentos mil euros e terão que suportar do orçamento dos cofres da câmara dois milhões de euros. Então onde é que está o trabalho? Tenho que concordar inteiramente com a intervenção do membro, Alfredo Ribeiro, que o orçamento da Câmara leva um rombo! ---

----- Em face do exposto, o grupo municipal com assento nesta Assembleia, em conjugação com o Comissão Política do PSD reafirma que irá votar contra, face à desconsideração como o executivo tem tratado os presidentes de Junta e as populações que eles democraticamente representam. -----

----- Não nos parece legítimo pactuar com orçamentos que cada vez são mais do mesmo assentes em patamares despesistas não repercutivos e que se afastam de um modelo de desenvolvimento económico de um concelho outrora promissor. -----

----- Os portugueses, segundo referiu ontem o Jornal Expresso estão a ficar cada vez mais pobres e estão a cair novamente no fosso da situação político e social que tínhamos em dois mil e doze. Apenas um alerta! Mogadouro não fugirá à regra. Sem crescimento económico dificilmente

teremos condições de dar mais apoio a quem mais precisa. As empresas instaladas em Mogadouro e que, aqui têm o seu domicílio fiscal são merecedoras de mais apoio da Câmara Municipal através de um orçamento anual, pois contribuem para que os mogadourenses se fixem aqui e que continuem a dar trabalho a quem precisa de trabalho possibilitando mais emprego e mais riqueza social. -----

----- Decididamente este orçamento não é o nosso. Esta política de empobrecimento nunca seria a nossa. Nós fizemos melhor e os resultados estão à vista. Só é cego quem não quer ver.” -----

— Intervenção da membro, Teresa Vilarça: -----

----- “Eu venho aqui reforçar o que disse o membro Ilídio Vaz. Relativamente ao orçamento para dois mil e dezanove, quero lamentar que não tenha sido considerada nenhuma das propostas apresentadas pelos vereadores eleitos pela Coligação TODOS POR MOGADOURO, pois as propostas apresentadas tinham como objetivo a reabilitação do concelho no aspeto económico. Não as vou mencionar todas, mas gostaria de falar nalgumas, a incubadora de empresas, o apoio às empresas, à cultura, à aquisição de habitação, o apoio ao turismo, o orçamento participativo. Se todos lerem com atenção podem verificar que estas propostas tinham um objetivo. O objetivo era dar uma maior relevância às funções económicas. Pelo que o senhor presidente acabou de ler as funções económicas aparecem-nos em segundo plano, tanto no Plano Plurianual como no Plano de Atividades, mas é um segundo plano com uma diferença enorme para o primeiro em que aparecem as funções sociais. Verifiquem a diferença enorme, quer em termos percentuais quer de montantes de dinheiro proposto neste orçamento para cada uma destas atividades. -----

----- Eu pessoalmente não tenho nada contra as funções económicas, contra as funções sociais antes pelo contrário há aspetos que a câmara tem que estar lá, a câmara tem que apoiar tem que ajudar, mas sabemos bem que se nós não tivermos uma economia saudável, capaz no concelho não temos dinheiro. Não criamos riqueza não temos como apoiar os mais carenciados que necessitam deste apoio económico nem como ter o lazer a diversão nem a festa. Tudo isso é importante. Eu gosto muito das atividades embora nem sempre tenha tempo e disponibilidade para assistir a elas, mas acho que devem existir para quem o tem e para quem pode. Temos que dar uma maior importância uma maior relevância ao aspeto da economia daquilo que cria a riqueza e que ajuda a reverter, a impedir que todos os nossos jovens saiam do concelho e que não continue a aumentar a desertificação das nossas aldeias em especial. Nas aldeias não há jovens não há lá ninguém, eles não ficam lá porque não têm como ganhar dinheiro. Bem sei que a câmara não terá obrigação de fazer tudo, mas dar uma ajuda no que puder porque se eles tiverem forma de se governar a eles e à família melhor. -----

----- Também quero lembrar que para além da pecuária há outras atividades agrícolas na nossa região que devem ser apoiadas. Há explorações e os empresários debatem-se com várias questões sem ser a pecuária. Há plantações de amendoeiras, de oliveiras e, há um grande problema com que se debatem todos os empresários agrícolas que é a falta de mão-de-obra. Nós devemos contribuir para que todas as pessoas capazes de trabalhar não saiam do concelho tenham algum apoio. -----

----- Se houvesse um gabinete de apoio às empresas que os ajudasse com o *marketing*, a fiscalidade, a elaboração de projetos, com orientação técnica, com apoio técnico seria bom. -----

----- Para terminar queria dizer o seguinte, o executivo manifesta numa reunião preocupação com o crescimento da economia local, com o alargamento de incentivos e apoio ao turismo, à fixação de jovens no concelho. É uma preocupação de nós todos. As propostas apresentadas pela Coligação em parte poderiam ter contribuído para alcançar este objetivo.” –

— Intervenção do membro, Manuel Varandas: -----

----- “A Assembleia Municipal de dezembro tem sempre uma importância acrescida, pois é nesta sessão que se analisa e vota o documento ou documentos que definem e gerem melhor ou pior o desenvolvimento do concelho. -----

----- Em termos técnicos da elaboração destes documentos não me vou pronunciar não tenho capacidade para o fazer e acredito que foram elaborados segundo a legislação em vigor como aqui já foi dito. -----

----- Analisar milhões de euros distribuídos por várias rubricas também não é importante. Já foram aqui referidos pela explanação do senhor presidente, principalmente dependem das receitas correntes e das dotações bem definidas no FEF. O que importa é analisar este documento, o Orçamento para dois mil e dezanove contempla aquilo que está na génese do Partido Socialista. -----

----- Eu lamento que um partido que defende acerrimamente as privatizações, o que é do Estado não presta e vendeu a desbarato as grandes empresas deste país começando pela EDP, continuando pela Sorefame, por aí fora, venha agora defender tão acerrimamente que os nossos empresários do concelho de Mogadouro tenham que ter a muleta dos serviços públicos. É qualquer coisa que a mim me faz confusão, não entendo bem. E também não consigo entender quando é que se defende que não há jovens. E então os nossos empresários? Vou lembrar a freguesia de Azinhoso. Na freguesia de Azinhoso há três empresários que criaram bastantes postos de trabalho, uma freguesia que tem duas anexas, uma é Sampaio e a outra é Viduedo. Analisem quantos postos de trabalho criaram os empresários na freguesia de Azinhoso. Eu digo-lhe. A empresa Valcovo criou cinco; a quinta da Cova penso que tem três; o senhor António Joaquim Pimentel, penso que tem três. A maior parte destes não gastam energia elétrica, não precisam

dos quarenta por cento que propõem, gastam gasóleo. O gasóleo tem o apoio do Governo que é o gasóleo verde. Às vezes precisamos de analisar calmamente essas situações. -----

----- Importa assim analisar que este documento, o orçamento para dois mil e dezanove contempla aquilo que está na génese do partido, pois na página dois do relatório diz taxativamente: “Mais uma vez os constantes pedidos de apoio por parte das famílias, as iniciativas e o apoio de âmbito social merecem especial atenção neste orçamento canalizando uma grande fatia do valor total orçado, nomeadamente o Fundo de Emergência, apoio à compra de medicamentos, transporte de doentes oncológicos, oferta de manuais escolares para enriquecimento, transportes gratuitos para toda a escola e todos os escalões de ensino.” -----

----- É também importante analisar a sustentabilidade financeira do município. O mesmo relatório, na página seis refere: “A dívida a fornecedores a curto prazo é praticamente nula. A dívida a médio e longo prazo cai de três ponto seis milhões de euros em dois mil e quinze para um ponto cinco milhões em dois mil e dezoito.” Convém aqui lembrar que este executivo em dois mil e quinze estava no início do seu primeiro mandato tinha um ano e pouco de mandato. Estes três mil e seis milhões transitaram de onde? -----

----- Relativamente às despesas de capital, despesas que implicam alterações no património duradouro contribuindo para o enriquecimento do município, por outras palavras, obras, está previsto um aumento relativamente a dois mil e dezoito de quase meio milhão de euros contabilizando no total cerca de oito milhões. -----

----- Quando preparava esta minha intervenção e li as declarações de voto apresentadas pelos vereadores da Coligação TODOS POR MOGADOURO consultei por duas vezes o calendário para ter a certeza que não estava em finais de setembro de dois mil e dezassete e lia um manifesto eleitoral da referida Coligação. Não encontrei grande diferença. Com esse vosso manifesto eleitoral provavelmente sofreram a maior derrota ainda por cima em coligação do pós vinte e cinco de abril. Se têm colocado as pedras com as obras do dr. Machado, se calhar a derrota ainda era maior. Provavelmente alguém teve o discernimento de não o fazer. -----

----- Vejamos: -----

Sanidade animal. Apoiar em cem por cento as despesas com a Associação de Defesa Sanitária, ponto número dois do referido manifesto. Este executivo apoia em cinquenta por cento há vários anos e não é só pecuária, há outros. -----

Apoio às empresas. Participar em quarenta por cento o valor mensal da fatura elétrica. Eu consultei uma fatura que tinha um valor de oitenta euros. Tem catorze ponto oitenta e cinco euros de IVA, seis ponto zero quatro de

audiovisual. Quer dizer, o executivo tinha que participar quarenta e cinco por cento em vinte e um euros que já são impostos. São opções. -----

----- A EDP estima que o concelho de Mogadouro consuma anualmente cinco ponto cinco milhões de *megawatts* em média tensão. Entenda-se média tensão, os PT's que estão nas Zonas Industriais e que estão nalgumas empresas que gastam muita energia, por exemplo, o da exploração de cunicultura do senhor Pimentel, cinco ponto cinco mil *megawatts*. Depois também há em baixa tensão. Baixa tensão é aquela que a EDP fornece a bares, restaurantes, hotéis, etc., etc., etc., e isto está estimado em oito ponto cinco *megawatts* hora, dando um total de quinze milhões de *quilowatts* hora. São os que pagam quem consome energia. Se adicionarmos mais os referidos impostos acarretava para o município de Mogadouro uma despesa anual de mais de um milhão de euros de comparticipação. Vocês acham que o município de Mogadouro ia comparticipar um milhão de euros para as empresas que gastam energia elétrica? E aqueles que em Sampaio e na quinta da Cova não gastam energia elétrica, como é que ficavam esses? E criam empregos, eu já falei. Esses são filhos da outra. Há os filhos da santa e há os filhos da outra. Isto só tem duas palavras, pura demagogia! -----

----- Não vale a pena continuar a dissecar as propostas apresentadas, pois são todas na base da demagogia. -----

----- Também não é necessário enumerar os milhares de euros destinados à habitação social, eficiência energética, tratamento de água, cultura e turismo e outros que estão consignados neste orçamento que nós consideramos equilibrado com representatividade democrática e respeitador dos valores sociais." -----

— Intervenção do membro, Alfredo Ribeiro: -----

----- “O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são os documentos de política económica e financeira mais relevantes para a gestão do município. Pese embora o seu cariz técnico têm uma carga política de importância extrema desde logo pela tomada de opções em detrimento de outras. Pelo arrojo ou pela falta deste. Pela capacidade de realização ou esmorecimento.

----- O Orçamento e as Grandes Opções do Plano que, hoje, aqui nos são apresentados não se adequam a um concelho que é forte, mas é enfraquecido pelo órgão que deve ser o primeiro a tomar conta dele, a Câmara Municipal enquanto governo autárquico. Estes documentos a que passo a chamar cartilha Moreno são reveladores da discriminação de freguesias consoante são do PS ou do PSD. São reveladores de um chorrilho de obras que nunca sairão do papel enquanto este executivo estiver em funções e refiro-me às obras dos mil euros, as obras dos dois mil euros ou as obras dos cinco mil euros, estas nunca sairão do papel. Obras que constam e não deviam constar, como é o caso do Centro de Interpretação do Mundo Rural, que vos falei. -----

----- O desinvestimento na economia do concelho e no apoio a iniciativas empresariais de criação de emprego, isto revela a rendição ao fracasso. -----

----- Uma política social do faz-de-conta com incentivo à natalidade de quatrocentos e cinquenta embalagens de fraldas, a verba inscrita em orçamento corresponde a isso, sim, quatrocentos e cinquenta embalagens de fraldas. -----

----- Mogadouro merece mais e vai tê-lo.” -----

— Intervenção do membro, José Branco: -----

----- “Só para responder ao membro, Manuel Varandas. O António Pimentel tem um funcionário; a quinta da Cova tem dois funcionários, sendo que, um deles, noventa por cento do tempo não trabalha lá e depois a empresa que tem cinco funcionários anda com os trabalhos agrícolas em terrenos que não são dela nem tem autorização para andar.” -----

----- Em relação ao Plano de Atividades do próximo ano, na certidão da Câmara, diz assim o senhor presidente: “Pese embora os eleitos do Partido Socialista habitualmente não comentem afirmações que são apresentadas pelos vereadores da Coligação TODOS POR MOGADOURO não podemos deixar de referir uma vez que afirmam total ausência neste orçamento de investimento para as freguesias em que as mesmas foram eleitas pelo PSD.” A única freguesia que tem um grande investimento é Urrós. Queremos deixar um pequeno grande exemplo como é a requalificação da estação de tratamento de águas residuais de Urrós com um investimento de quase meio milhão de euros. Para este executivo não existem mogadourenses de primeira nem mogadourenses de segunda, mas é o que está a acontecer. -----

----- Relembro que quando a Câmara foi presidida pelo PSD e havia duas ou três freguesias eleitas pelo PS, uma delas era Meirinhos, foi contemplada com a implementação de um campo de jogos; mais três mil e setecentos euros para arranjos na escola primária. -----

----- Com a Junta de Freguesia de Bruçó, a Câmara estabeleceu um protocolo para o programa Aldeia Típica, no valor de vinte e dois mil e quinhentos euros; mais quatro mil e seiscentos euros para a calçada do cemitério. -----

----- A Junta de Freguesia de Vilarinho dos Galegos também socialista, a Câmara eleita pelo PSD construiu um campo de futebol, eram obras que constavam do Plano de Atividades. -----

----- Ao analisar o plano de trabalhos com o serviço de máquinas que a Câmara está a prestar nas aldeias, verifica-se que, há Juntas com um total de cinquenta e três dias, outras nem uma hora. Neste mapa há uma discriminação muito grande entre as Juntas do PS e as do PSD. -----

----- Peço ao senhor presidente da Câmara que me esclareça. No Plano de Atividades, em outras atividades, atividades de carácter natalícia, sessenta e um mil e quinhentos euros. Pergunto, será que estes sessenta e um mil e

quinhentos euros se refere à pista de gelo? E quinze mil euros? Será a iluminação de natal? Está bonita.” -----

— Intervenção do membro, António Cordeiro: -----

----- “O Plano já foi sucintamente explanado pelo senhor presidente. Disse muita coisa, quem esteve com atenção ouviu e a oposição já fez as suas críticas e procurou de, certo modo, impor o seu ponto de vista. O nosso, naturalmente é diferente, mas nós não devemos dizer só coisas más.

----- Antes de me pronunciar acerca do Plano e do Orçamento, quero manifestar o meu regozijo porque penso que todos nós merecemos e dar os parabéns ao executivo pela boa classificação acima da média nacional que o município de Mogadouro teve no cômputo nacional como foi publicamente transmitido e comunicado na comunicação social escrita. Esta classificação merece ser relevada porque a mesma foi conseguida, considerando vinte e dois parâmetros. É uma notícia que a todos deve deixar contentes! Fazemos votos que, por tal o executivo não se envaideça demasiado e que assim continue sem perder o rumo. -----

----- Em segundo lugar, a ligação da Zona Industrial ao IC5 e vice-versa, onde já se pode circular, apesar de ainda não ter sido inaugurada. Todos sabemos, o interesse municipal é a razão principal por ainda não estar inaugurada, mas o importante é que já se pode circular na mesma e fica assim aliviado o trânsito na rua do Salgueiral que não reunia as condições necessárias ao movimento da Zona Industrial no quotidiano. -----

----- Em terceiro lugar, já arrancaram as obras de requalificação do bairro do Fundo Fomento de Habitação ou do INH, como lhe quiserem chamar que, situando-se este bairro no centro urbano da vila está muito degradado e a necessitar, urgentemente, de ser requalificado. Já era também ambição de anteriores executivos do PSD dar resposta a esta obra. Felizmente chegou a hora e ainda com a garantia de ser apoiada com fundos comunitários. Suponho que será do interesse de todos que a obra se realize. Este bairro pela situação social de algumas pessoas que lá vivem tornou-se um bairro algo problemático. Pelos vistos não tem sido fácil contornar algumas situações, mas com trabalho e dedicação e com coragem e persistência o município tem sabido ultrapassar a generalidade dos casos. São notícias agradáveis e, por isso, mais uma vez parabéns ao executivo. ---

----- Em quarto lugar, eu vi a análise das águas no jornal onde vinham as de Mogadouro e Vinhais, como sendo das melhores águas de Trás-os-Montes e até das melhores do país. Eu fiquei contente. A questão das águas, às vezes, há pontualidades que fazem com que as águas não estejam tão boas, mas isto leva-nos a pensar que os técnicos que tratam das águas começam a perceber como se devem tratar as águas. -----

----- E quanto ao Plano e Orçamento, o mesmo foi elaborado respeitando as regras do POCAL. Encontram-se descriminadas as receitas e as suas proveniências e, do mesmo modo, as diversas rubricas das despesas.

Sabemos que passou das receitas correntes para as de capital, um milhão, oitocentos e sete mil euros e, isso é bom e é legal. O contrário é que não seria bom. -----

----- O Orçamento continua a colocar as pessoas em primeiro lugar. Isto é, apoio ao primeiro emprego; apoio nos medicamentos aos mais carenciados; apoio no transporte dos doentes oncológicos ao Porto; apoio na habitação aos mais necessitados; apoio aos agricultores pagando cinquenta por cento com a ADS; o IRS continua a ser arrecadado cinquenta por cento. Estas ações têm um significado muito interessante no plano social e, em nosso entender, devendo continuar. -----

----- O Fundo de Apoio Municipal traz-nos uma novidade agradável, pois, este ano já vai ser reduzido o pagamento a cinquenta por cento, embora continue a ser um encargo para o município. O município respira saúde financeira. -----

----- Quanto às obras do Plano apenas vou referir duas ou três que considero mais significativas, como seja, a reabilitação do bairro Fundo Fomento de Habitação, de que já falamos; espaço de promoção e valorização das raças autóctones; unificação do sistema de tratamento e bombagem de águas residuais domésticas de Mogadouro e a remodelação do sistema de drenagem e bombagem de águas residuais de Urrós. -----

----- São estas obras importantes e necessárias que o município deu prioridade e com toda a pertinência. -----

----- Só quero deixar uma palavra à oposição. Gostei da forma como se comportou no início desta sessão, críticas diretas, objetivas, é assim que deve ser. A Câmara respondeu. É assim que deve ser também. Mas quanto à oposição na Câmara não critica o Plano e o Orçamento, pontualmente. Fez uma proposta alternativa. Penso que não com a ideia de que a mesma fosse aceite, penso que foi mais com a ideia de justificar a sua ideia de contestação ao mesmo. Percebemos que se fossem os senhores a governar o município o vosso Plano até fosse diferente ou talvez não. Mas deverão compreender que os programas alternativos se apresentam em campanhas eleitorais e é com o programa eleitoral que teve a aprovação do eleitorado através do voto que as forças vencedoras devem governar. Como sabem não foi a vossa proposta a vencedora. No entanto e, desta vez, usaram o direito de oposição que a lei lhe confere. -----

----- Dizer-lhes o seguinte, é natural que não concordem com um ou outro ponto, mas votar contra o Plano na sua globalidade, é arrojado, tanto mais que o mesmo contempla obras em freguesias de autarcas eleitos pelas vossas listas. E a pergunta é, também estão contra essas obras?" -----

— Resposta do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães: ----

----- “Venho aqui porque foram ditas umas inverdades e quero esclarecê-las. Quando se fala que Macedo foi buscar não sei quantos milhões e foi buscar oitenta e cinco por cento, eu digo-lhe, Mogadouro tinha no PARU-

Plano de Ação de Regeneração Urbana, um milhão, cinquenta e três mil, trezentos e vinte e nove euros; Macedo de Cavaleiros tinha no PEDU-Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, oito milhões, seiscentos e cinquenta mil euros. O membro Ilídio Vaz, certamente percebe o que eu estou aqui a dizer. Mogadouro fez o seguinte: dentro daquilo que era o PARU, investimos uma parte na Casa das Associações e a parte restante no bairro social, daí não dá a totalidade. Nós não temos dinheiro não podemos ir lá buscá-lo. Conseguimos ir buscar os oitocentos e oitenta e cinco mil euros daquilo que era a parte sobrança, mas ainda fizemos mais, fomos ao acelerador de investimento, os famosos dez por cento que o Estado deu e foi tirado aos municípios. A grande diferença que há aqui é que Macedo de Cavaleiros é uma cidade e recebeu oito milhões, seiscentos e cinquenta mil euros e Mogadouro só recebeu um milhão e cinquenta mil, dos seis concelhos que fazem parte da CIM-TTM, mas ainda esperamos ir buscar mais dinheiro no PARU. -----

----- Relativamente ao jornal “Mensagem de Bragança”, traz uma notícia interessantíssima que nos coloca num patamar interessantíssimo. Não estou preocupado com isso. O que importa é o que está aprovado para o Município e, dou-lhe como exemplo, o que lá não consta. Sabe quanto fomos buscar para o financiamento no âmbito do POSEUR? Para a reformulação do sistema e tratamento de águas residuais urbanas de Mogadouro e para Urrós? Dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil euros, é o financiamento que fomos buscar e aí não está, isto só para ter uma ideia das inverdades que, às vezes a comunicação social também faz.”

— Intervenção do membro, Ilídio Vaz: -----

----- “Concordo inteiramente com o senhor presidente da Câmara relativamente às participações, simplesmente, nós focamos a nossa informação por aquilo que lemos. Também lemos que tinha um prémio de liderança e a informação é de que não é bem assim que está nos patamares de liderança, em termos de escalas nos primeiros lugares. -----

----- Eu disse, no início, quando fiz a minha intervenção que nós temos dificuldades em estar ao par dos assuntos correntes da administração do Município porque isto dos PARU’s, dos PEDU’s são siglas que para alguns passam ao lado, mas também compreendo que alguns não tenham dificuldade. -----

----- O jornal também diz: “Bragança fica com a fatia de leão”, mas o Porto também já dizia que Lisboa desviou verbas do Porto para a capital para os transportes públicos. Sei que quanto maior for a área e a categoria geográfica maior será o valor das participações, só que, tendo em conta os números que chegam ao nosso conhecimento, para nós foi um paradoxo total ver Macedo de Cavaleiros com um financiamento de oitenta e cinco por cento e Mogadouro com um de cerca de vinte e sete por cento. Em

*ATA
Freixo*

termos de oposição democrática isto deve ser relevado para que as pessoas tenham conhecimento. -----

----- Ouvi com atenção a intervenção do membro, Manuel Varandas. Dou-lhe os parabéns porque tem sido um bom gestor daquilo que iniciou e está a desenvolver na quinta Vale de Covo, mas há uma coisa que tenho a certeza a partir deste momento, ele apresentou aqui números que só vamos ter conhecimento deles quando estiverem transcritos em ata e cá estaremos para lhe dar a razão ou tirar a razão, ficando claro desde já que o empresário agrícola, Manuel Varandas, não gasta energia, gasta gasóleo, os tratores ainda não trabalham a luz senão, se calhar, teria outro tipo de comportamento. Ficamos a saber que já temos o inimigo público número um de apoio às empresas que é o senhor membro, Manuel Varandas.” -----

— Intervenção do membro, Manuel Varandas: -----

----- “Eu tinha pensado seriamente responder à provocação do membro, José Branco, mas como estamos no espírito de natal e esta Assembleia tem tido um comportamento exemplar e democrático fiz uma espécie de análise interior e disse: “Não vale a pena responder.” Eu sou um grande adepto de empresários, mas há uma coisa que eu digo há empresários capazes de gerir uma empresa, não estão preocupados com as migalhas. Estão preocupados em vender os seus produtos como conseguir esgotá-los, como por exemplo o acesso à Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros no antes e depois do acesso pela autoestrada para escoar os produtos dos empresários, os acessos rápidos a estas zonas para vender os seus produtos que fossem contemplados com um IRC próprio com a Zona Industrial do interior, isso é que é extremamente importante para os nossos empresários. Um exemplo, um empresário de Penas Roias que criou uma empresa e postos de trabalho. Perguntei-lhe: Porquê a Zona Industrial de Mogadouro, se os seus produtos (estruturas de alumínio) vão diretamente para França. Porquê? Mão-de-obra e impostos. Só. Duas palavras que ele me respondeu. ----- Entendo que os nossos empresários têm que ser competentes, sérios e outra coisa que é importante, que paguem aos empregados. Se pagarem aos seus colaboradores não lhe falta mão-de-obra.” -----

— Intervenção da membro, Teresa Vilariça: -----

----- “Não gosto de entrar neste tipo de despiques e de particularizar, é contra a minha maneira de ser, mas acho que agora o membro, Manuel Varandas, foi demais ao dizer que quando se paga aos empregados se tem mão-de-obra e quando não se paga não se tem. Eu não tenho empresa nem empregados. Os meus filhos têm e criaram os seus postos de trabalho e precisam de mão-de-obra, às vezes e quando a arranjam, já têm ido a Freixo de Espada à Cinta e à estrangeira. E quando metem pessoas a trabalhar pagam-lhe. Isso não fica bem falar aqui, sinceramente! Se há empresas com dificuldades, não sei, não conheço, nem quero particularizar, nem devemos nós, aqui, estar a falar de empresas com dificuldades. São

essas que precisam da nossa ajuda, do nosso apoio e do nosso entendimento. A autarquia se tiver forma de ajudar essas empresas poderá fazê-lo.” -----

----- Colocada a votação pelo senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com onze (11) votos contra; sete (7) abstenções e vinte e três (23) votos a favor, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano para o Exercício de dois mil e dezanove, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades mais Relevantes; o Orçamento Municipal; o Mapa de Pessoal; o Quadro Orçamental de Programação Orçamental as Normas de Execução Orçamental. -----

----- 2.4 GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Explicada pelo senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, foi presente a proposta de fixação da participação variável de IRS para o ano de dois mil e dezanove, tal como a seguir se transcreve, aprovada no órgão executivo: -----

----- “6. GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, datada de vinte e dois de novembro corrente sobre o assunto em título, registada com o número “2018,EXP,I,GE,481”, do teor seguinte: -----

----- “O n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), estabelece que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

----- A mesma Lei, no seu n.º 2, refere que a participação variável no IRS depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

----- Tendo em conta as especificidades dos problemas existentes no interior, nomeadamente, a desertificação, que resulta de vários fatores, tais como, desemprego, baixos níveis de rendimento e fraco investimento do poder central, entre outros. -----

----- Tendo em conta que o concelho de Mogadouro, tais como os demais restantes concelhos do interior, também não foge à regra, debatendo-se com as mesmas dificuldades, tentando travar e até contrariar tais fenómenos, dando continuidade às várias políticas de melhoria do nível de vida dos munícipes. -----

*afonso
eliseira*

----- Considerando que também é da responsabilidade dos municípios estarem atentos às dificuldades dos munícipes e tomarem decisões para atenuá-las, ou mesmo eliminá-las no objetivo de melhorar sempre, dentro das suas possibilidades e competências, o nível de vida dos seus munícipes.

----- Considerando que o município de Mogadouro possui uma capacidade de liquidez que lhe permite satisfazer as necessidades mais básicas. -----

----- Nestas condições, proponho ao Executivo que o Município abdique da sua parte da participação sobre a percentagem no IRS a que tem direito, no montante de 2,5% e a incidir sobre os rendimentos de 2018, em favor dos seus munícipes. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal nos termos da legislação aplicável.” -----

----- Explicada pelo senhor presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e supratranscrita. -----

----- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mais foi deliberado submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- Após análise, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de fixação da participação variável no IRS para o ano de dois mil e dezanove. -----

----- **2.5 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 6 – 2018 – PARA CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da relação, datada de vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito, proveniente da Divisão de Contratualização, Informática e Património da Autarquia que apresentou os compromissos plurianuais, autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, onde se relacionam os contratos que a Câmara Municipal estabeleceu e tem estabelecidos com várias empresas desde o ano de dois mil e dezasseis. ----

3. OUTROS ASSUNTOS

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL MANUEL PRETO:** - “Venho aqui para dizer que, há um ano e meio, chamei o senhor vereador, Evaristo Neves, para ver uma fossa séptica, a correr a céu aberto num olival junto à ordenha, em Tó. Ele disse que iria ver o assunto. Este ano, no tempo da apanha da azeitona, nem a usar galochas se conseguia pisar o terreno. As mantas tiveram que ser lavadas com líquido e o local continua igual sem nenhuma intervenção. -----

----- Aviso a Câmara de que se não for tomada uma atitude chamarei a GNR Verde – SEPNA.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL JOSÉ BRANCO:** - “É só para lembrar que o senhor presidente da Câmara disse-

me, no intervalo da sessão que iria responder-me à pergunta que lhe fiz sobre o pedido de demissão do chefe da DAF, António Luís Moreira e de quem o iria substituir. -----

----- Continuamos sem saber o que vai acontecer aos professores de Educação Física, a partir do dia um de janeiro e, se vai continuar a haver ou não ginástica nas aldeias onde esses professores lecionavam.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MUNICIPAL CÂNDIDO FERNANDES:** - “Quero só dizer ao membro, José Branco, em resposta à abordagem feita por ele há um bocado atrás que Ventoselo foi sempre socialista. Há vinte e oito anos que somos do Partido Socialista e lembro-lhe que não se esqueça desse pormenor e que os anteriores executivo do PSD nunca lá fizeram nada, pelo menos, comigo. Prometiam, prometiam, mas zero.” -----

----- **RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Surpresa nossa, o senhor chefe de Divisão Administrativa e Financeira apresentou a cessação de funções que foi aceite por mim, logo que ela foi apresentada. Os motivos deverá perguntar-lhe a ele porque também nós fomos surpreendidos e, no início do ano irá sair o despacho a designar o novo chefe que irá ser nomeado por mim e depois será aberto o concurso para o cargo que ele pôs à disposição. Agora os motivos não lhe posso responder se são motivos pessoais se são dele. Ele é que saberá.” -----

----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final da sessão e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à executoriedade imediata, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta que foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Eram catorze horas, quando o senhor presidente da Mesa, Jorge Dias, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e funcionária no núcleo de apoio da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi: -----

A funcionária de apoio ao núcleo da Assembleia Municipal,

Maria Conceição Cordeiro Andrade Teixeira

(Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira)

O presidente da Assembleia Municipal,

Jorge José Martins Dias

(Jorge José Martins Dias, prof.)